



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARCELO AUGUSTO SALVADOR ALVES MARTINS

**UMA HISTÓRIA DOS USOS DOS CONCEITOS DE “POPULISMO” E
“POPULISTA” NO BRASIL (1946-2022)**

**RECIFE
2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MARCELO AUGUSTO SALVADOR ALVES MARTINS

**UMA HISTÓRIA DOS USOS DOS CONCEITOS DE “POPULISMO” E
“POPULISTA” NO BRASIL (1946-2022)**

TCC apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Recife, como requisito para a obtenção do título de bacharel em História.

Orientador(a): Flávio Weinstein Teixeira

Coorientador(a): Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Martins, Marcelo Augusto Salvador Alves.

Uma história dos usos dos conceitos de "populismo" e "populista" no Brasil
(1946-2022) / Marcelo Augusto Salvador Alves Martins. - Recife, 2025.
73 p.

Orientador(a): Flávio Weinstein Teixeira

Cooorientador(a): Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado,
2025.

Inclui referências.

1. Populismo. 2. Trabalhismo. 3. História dos conceitos. I. Teixeira, Flávio
Weinstein. (Orientação). II. Gomes, Jorge Henrique Oliveira de Souza.
(Cooorientação). IV. Título.

900 CDD (22.ed.)

MARCELO AUGUSTO SALVADOR ALVES MARTINS

**UMA HISTÓRIA DOS USOS DOS CONCEITOS DE “POPULISMO” E
“POPULISTA” NO BRASIL (1946-2022)**

TCC apresentado ao Curso de História -
Bacharelado da Universidade Federal
de Pernambuco, Centro Acadêmico da
Vitória, como requisito para a obtenção
do título de Bacharel em História.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Flávio Weinstein Teixeira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes (Coorientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha família por ter me apoiado na minha trajetória até aqui. Também agradeço a Christian por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava, por ser a melhor companhia e por ter me estimulado a terminar o TCC. Sou grato a João, Carol, Giulia, Raíza, Thereza, Sofia e Bia, alguns que conheci na UFPE e outros no estágio do Palácio do Campo das Princesas. Obrigado por estarem na minha vida acadêmica e por terem tornado o Palácio um ambiente tão agradável e acolhedor. Agradeço ao professor Flávio Weinstein por ter aceitado me orientar, mesmo com um tempo relativamente curto, e por suas sugestões e correções. Por fim, gostaria de agradecer ao professor Jorge Gomes por coorientar esse trabalho, por sua amizade e por mostrar as possibilidades da Ciência Política.

“A spectre is haunting the world - populism”
(Ionescu; Gellner, 1969, p. 1).

RESUMO

O presente trabalho traça a trajetória da história dos conceitos de “populismo” e “populista” no Brasil entre os anos de 1946 e 2022, utilizando como metodologia referências da história dos conceitos de Reinhart Koselleck. Para tanto, realizou-se uma investigação dos usos dos referidos termos no jornal *Diário de Pernambuco* entre 1946 e 1989, chamando atenção para contextos, mudanças, permanências e disputas em torno de tais léxicos. Em seguida, buscou-se analisar como os conceitos foram operacionalizados na academia, atentando, principalmente, para quatro formulações: a dos intelectuais do IBESP, a de Francisco Weffort, a dos teóricos do trabalhismo e a de Thomás Zicman de Barros e Miguel Lago. Além disso, realizou-se uma discussão sobre o caráter conceitual do populismo. Concluiu-se que ambos os conceitos possuem uma trajetória marcada por permanências, alterações e inovações de significados, o que os torna objetos de disputa bastante complexos. Além disso, diferentemente do que sugerem os teóricos do trabalhismo, o populismo é um conceito relevante e passível de ser operacionalizado tanto no período da denominada Quarta República quanto na atualidade.

Palavras-chave: populismo; trabalhismo; história dos conceitos; Diário de Pernambuco

ABSTRACT

This paper traces the trajectory of the concepts of "populism" and "populist" in Brazil between 1946 and 2022, using Reinhart Koselleck's history of concepts as its methodological framework. To this end, an investigation was conducted into the use of these terms in the *Diário de Pernambuco* newspaper between 1946 and 1989, highlighting the contexts, changes, continuities, and disputes surrounding these lexicons. The study then analyzes how these concepts were operationalized in academia, focusing mainly on four formulations: those of the intellectuals from IBESP, Francisco Weffort, laborism theorists, and Thomás Zicman de Barros and Miguel Lago. Additionally, the conceptual nature of populism is discussed. The study concludes that both concepts have a trajectory marked by continuities, alterations, and innovations in meaning, making them highly contested and complex objects. Furthermore, contrary to the view of laborism theorists, populism is a relevant concept that can be operationalized both in the period of the so-called Fourth Republic and in the present day.

Keywords: populism; laborism; history of concepts; *Diário de Pernambuco*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. UMA HISTÓRIA DOS USOS DOS CONCEITOS DE POPULISMO E POPULISTA NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO	18
3. UMA HISTÓRIA DO POPULISMO COMO CONCEITO ACADÊMICO NO BRASIL	31
3.1 A FORMULAÇÃO IBESPIANA	31
3.2 A CONSOLIDAÇÃO DO POPULISMO ENQUANTO CONCEITO: FRANCISCO WEEFFORT EM DIFERENTES TEMPOS DE ANÁLISE	35
3.2.1 POLÍTICA DE MASSAS	36
3.2.2 ESTADO E MASSAS NO BRASIL	41
3.2.3 O POPULISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA	45
3.3 O POPULISMO CONTESTADO: A INVENÇÃO DO TRABALHISMO	50
3.4 O POPULISMO RENOVADO	55
4. O POPULISMO É UM CONCEITO OPERACIONALIZÁVEL?	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
6. BIBLIOGRAFIA	70

1. INTRODUÇÃO

“O avanço da cultura política populista parece não ter limites no século 21. Os seguidores dos líderes messiânicos continuam aumentando e estão localizados nos diferentes espaços do espectro ideológico”¹. Esse é o diagnóstico do cientista político José Beltrán, que destaca a importância do conceito de populismo como uma categoria explicativa para compreender a crise das democracias liberais no contexto atual. Esse ponto de vista não é isolado nas Ciências Humanas nem no debate político contemporâneo, pois há um número crescente de trabalhos acadêmicos identificando uma nova onda populista no mundo, além de o termo ser amplamente utilizado pela mídia.

A preocupação com o fenômeno é evidenciada também pelo alerta do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, que afirmou: “Atentemos para o cenário presente. Liberdade e democracia são condições de possibilidade de um futuro habitável. Uma nova onda de populismo autoritário se levanta”². A partir das palavras do jurista e do cientista político, pode-se inferir que, segundo eles, o populismo é intrinsecamente antidemocrático, propondo uma relação direta e messiânica entre líder e seguidores.

Se o conceito atualmente comporta essas características, ele também apresentou diversas formulações ao longo do tempo, sendo um dos vocábulos mais elásticos e disseminados das ciências sociais. Surgido na Rússia e nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, o populismo referia-se a movimentos sociais contrários ao tipo de modernização que ocorria em ambos os países. No caso russo, tem-se uma manifestação ideológica baseada nos camponeses, enquanto no caso estadunidense, a base era formada por pequenos proprietários rurais (Debert, 2008). Em ambos os casos, o termo era reivindicado de forma positiva, sem a presença de líderes carismáticos, o que contrasta com a utilização contemporânea do conceito.

¹ BELTRÁN, José Orlando Peralta. O século do populismo. **Folha de S.Paulo**, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/o-seculo-do-populismo.shtml>. Acesso em: 16 out. 2024.

² “Uma onda de populismo autoritário se levanta”, diz vice do STF em evento sobre Mercosul. **G1**, 08 nov. 2024. Disponível em: [‘Uma onda de populismo autoritário se levanta’, diz vice do STF em evento sobre Mercosul | Política | G1](#). Acesso em: 17 mar. 2025.

No Brasil, o termo populismo foi empregado na imprensa desde pelo menos o final da década de 1940, contudo, foi apenas em 1954 que o tema passou a ser discutido por intelectuais e acadêmicos em solo nacional. A primeira formulação teórica do conceito no país foi feita pelos membros do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), e, mais tarde, foi mobilizada por Francisco Weffort — talvez o estudioso mais proeminente sobre o populismo no país —, para analisar a ascensão das massas na política brasileira e suas relações com líderes carismáticos. A partir desse momento, o termo foi empregado para descrever a atuação dos setores populares na sociedade brasileira, geralmente sob uma perspectiva negativa. No entanto, por volta da década de 1980, surgiram diversas críticas ao termo, com destaque para Ângela de Castro Gomes, que considera o populismo um conceito inadequado. Para ela, a ideia de uma classe trabalhadora passiva, sem consciência e manipulada, não se sustenta. Em seu lugar, ela propõe o conceito de "trabalhismo", destinado a "se referir a um certo conjunto de ideias e práticas políticas, partidárias e sindicais" (Gomes, 2001, p. 55), do qual os trabalhadores participavam ativamente, buscando, assim, refutar a noção de uma classe trabalhadora sem consciência e passiva.

Recentemente, o conceito de populismo ganhou notoriedade nas Ciências Humanas, especialmente na Sociologia e na Ciência Política³. Esse crescimento é associado à emergência do que alguns autores chamam de "neopopulismo"⁴, isto é, um fenômeno distinto do "populismo clássico" latino-americano do século XX. Isso foi impulsionado, em grande parte, pela ascensão de líderes associados à extrema-direita em diversos países, como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, embora o conceito também seja utilizado para identificar figuras da esquerda política, por exemplo, Nicolás Maduro na Venezuela. Apesar disso, a difusão do conceito para classificar lideranças e fenômenos políticos contemporâneos não ocorreu sem questionamentos quanto à operacionalidade e à pertinência de tal categoria.

³ Cf. CASSIMIRO, Paulo H. P. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 35, p. 1-52, 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.242084>.

⁴ GOMES, Ângela de Castro. O populismo no Brasil: Desafios de um debate historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e42806, 2022. DOI: 10.15448/1980-864X.2022.1.42806. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/42806>. Acesso em: 3 out. 2024.

Para o historiador alemão Reinhart Koselleck (1992), um conceito é mais do que uma simples palavra, pois não se trata apenas de um fenômeno linguístico, mas a partir dele é possível atuar concretamente sobre a realidade. Além disso, “[...] a história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas sejam as mesmas [...]” (Koselleck, 1992, p. 140). Assim, no caso do populismo, é possível afirmar que, embora esse vocábulo tenha permanecido ao longo do tempo, o seu conteúdo mudou, sendo utilizado para descrever diversas experiências e fenômenos históricos.

Nesse sentido, é possível perceber como o populismo possui uma trajetória conceitual, passando por processos de repetição, alteração e ineditismo de significados, cuja história pode ser contada. Com base nisso, o presente trabalho pretende realizar uma história dos usos dos conceitos de populismo e populista no Brasil, buscando compreender as mudanças e repetições desses termos. Para isso, inicialmente, será realizada uma investigação das ocorrências de ambos os conceitos no jornal *Diário de Pernambuco* de 1946 a 1989. Embora, como será discutido mais adiante, o populismo somente ganhe uma formulação teórica a partir de meados da década de 1950, o termo já circulava nos periódicos desde a década anterior. Assim, o estudo dos usos desses vocábulos nesses meios de comunicação se faz imprescindível.

Além disso, será realizada a uma análise das principais obras acadêmicas sobre o tema, como a formulações do IBESP e de Francisco Weffort, passando pelos críticos do conceito, com Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, e finalizando com um estudo da obra de Thomás Zicman de Barros e Miguel Lago. Se o conceito de populismo iniciou sua produção e circulação nos jornais e periódicos, foi no meio acadêmico que ele ganhou definições mais matizadas e complexas, passando por uma série de transformações, mas sempre mantendo diversas permanências. Cada uma dessas elaborações acadêmicas dialoga com determinadas formulações do populismo e é muito representativa dos seus respectivos contextos.

A escolha do referido jornal justifica-se pelo fato dele pertencer aos *Diários Associados*, apresentando, nesse sentido, ao longo do período analisado, uma inclinação entendida como conservadora. Tomando como base jornais e periódicos majoritariamente conservadores do Sudeste, os trabalhos Jorge Ferreira (2001) e de Thomás Zicman de Barros e Miguel Lago (2022) demonstraram como a história

desses conceitos se desenvolveu ao longo do tempo. Neste trabalho, portanto, de modo semelhante, o uso do *Diário de Pernambuco* se justifica para entendermos como os termos “populismo” e “populista” circularam em um jornal conservador pernambucano, ainda que, como veremos, a maior parte das ocorrências diga respeito à política nacional, e não local. A escolha do recorte temporal de 1946 a 1989 deve-se ao fato de que a primeira data é quando a palavra “populismo” começa a aparecer de forma mais sistemática no periódico, enquanto a última data se refere ao último ano que o Diário foi digitalizado no acervo da *Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional*.

Em relação às teorizações acadêmicas sobre o populismo, os intelectuais do IBESP foram os primeiros a abordarem esse conceito no Brasil, em 1954, com a marca da teoria da modernização e as articulações políticas para as eleições de 1955. Francisco Weffort, certamente um dos mais importantes estudiosos do populismo, baseia suas obras na perspectiva ibespiana, embora de forma crítica, para estudar o fenômeno do populismo em um contexto marcado pela queda da chamada Quarta República com o golpe civil-militar de 1964. No caso de Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, os três historiadores, a partir do final da década 1980, com base nas duas formulações precedentes, passaram a questionar o próprio fenômeno populista, contribuindo com uma nova percepção do conceito. Por fim, Thomás Zicman de Barros e Miguel Lago, escrevendo em 2022, perceberam como o populismo se manteve como uma categoria recorrente na política brasileira e mundial, passando por diversas críticas e mudanças conceituais. Dessa forma, a escolha de cada um desses autores justifica-se pelo fato de suas obras mantêm diálogos entre si, cada qual refletindo o contexto histórico, social e acadêmico de suas respectivas épocas.

Como ressalta Reinhart Koselleck “a semântica comporta sempre em si estruturas de repetição, mas a semântica mesma, de acordo com o gênero e o tipo de texto, possibilitará, impedirá ou mesmo proibirá diferentes formas de repetição” (Koselleck, 1992, p. 144). Isso significa que fontes distintas apresentam diferentes formas de tratamento de um conceito. Geralmente, uma matéria jornalística já surge “datada”, pois está ligada a dias e fatos específicos que “passados cinco dias, perdem a força que possuíam no momento de sua publicação” (Koselleck, 1992, p. 143). Por outro lado, os trabalhos acadêmicos pressupõem um maior rigor no tratamento dado a um determinado conceito, servindo de referência para vários campos do saber,

podendo ser enquadrados como “textos clássicos” (Koselleck, 1992, p. 145). Dessa forma, abordar a história do conceito de populismo a partir desses dois tipos de fonte será imprescindível para mostrar os diversos “estratos temporais” apresentados por ele. É importante ressaltar que o presente trabalho não pretende fornecer uma definição única do fenômeno do populismo nem esgotar um assunto tão complexo.

Uma vez que é possível afirmar que o conceito de populismo possui uma história, optamos por utilizar o aparato teórico-metodológico formulado por Reinhart Koselleck a fim de realizar uma investigação sobre a história dos usos dos conceitos de populismo e populista⁵. De acordo com o historiador alemão, a história dos conceitos é “um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político” (Koselleck, 2006, p. 103). Contudo, ela não se limita à análise de um termo específico tomado de maneira isolada em textos ou mesmo à história da língua, pois “os conceitos não devem ser jamais tomados como um sistema textual autônomo, mas sempre relacionados a uma dada realidade social, a serviço da compreensão histórica” (Bentivoglio, 2010, p. 118).

Como afirma Koselleck, os conceitos são mais do que uma palavra, visto que “[...] contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos [...]. Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados” (Koselleck, 2006, pp. 108-109). Além disso, eles são sempre “fato” e “indicador”, ou seja, não se limitam a fenômenos linguísticos, na medida em que indicam algo que transcende a língua, estabelecendo uma relação entre o fato linguístico e a realidade. Dessa forma, “todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível” (Koselleck, 1992, p. 136). Destaca-se, nesse sentido, que conceitos mantêm uma relação tensa com a experiência a ser apreendida, e a compreensão do conceito não pode ser alcançada sem o entendimento do contexto no qual está inserido.

Ademais, o historiador alemão defende que um conceito “só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única”

⁵ A intenção não é, de forma alguma, esgotar a complexidade do debate ou da operacionalização da História dos Conceitos, mas apenas utilizá-la como aparato para a investigação dos conceitos de populismo e populista.

(Koselleck, 1992, p. 138). Isso implica afirmar que “a história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados, ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas” (Koselleck, 1992, p. 140). O que permitiria, portanto, produzir a história de um determinado termo? Para Koselleck, os conceitos apresentam uma dimensão pragmática e outra semântica, sendo que a primeira diz respeito a um uso particular de um termo em uma situação única, enquanto a segunda se refere a usos mais consolidados e estáveis do mesmo termo (Koselleck, 1992, 140). Em outras palavras, embora o conteúdo de um conceito tenha mudado, ele só é passível de ser compreendido se houver um mínimo de repetição semântica. A partir disso:

Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (Sprachpragmatik), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (situative Verwendung) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua (Koselleck, 1992, p. 141).

Nesse sentido, Koselleck concebe que conceitos possuem múltiplas temporalidades ou “estratos de tempo”, que, embora sejam distintas em suas origens e durações, encontram-se presentes simultaneamente em um mesmo conceito (Koselleck, 2014, p.9). O autor ainda ressalta, com base em Heiner Schultz, que há quatro possibilidades de relações entre conceitos e estados de coisas:

Primeira: o significado de uma palavra e o estado de coisas que ela apreende permanecem iguais, tanto sincrônica quanto diacronicamente.

Segunda: o significado de uma palavra permanece o mesmo, mas o estado de coisas muda. Esquiva-se do significado antecedente. A realidade em transformação precisa, portanto, ser apreendida e conceituada de um novo modo.

Terceira: muda o significado de uma palavra, mas a realidade que ela apreendeu antes permanece a mesma. A semântica em transformação precisa, portanto, encontrar novas formas de expressão linguística para fazer jus à realidade.

Quarta: estado de coisas e significados das palavras desenvolvem-se de forma inteiramente divergente, de modo que a anterior correspondência não pode mais ser compreendida. Apenas o método histórico-conceitual permite averiguar que realidade foi apreendida antes, com que conceito e de que modo (Koselleck, 2020, pp. 69-70).

Dessa forma, o método da história dos conceitos será imprescindível para realizar uma história dos usos dos conceitos de populismo. Como foi apontado anteriormente, sob a categoria de populismo foram englobadas diferentes ideias,

movimentos e lideranças, abrangendo desde um movimento revolucionário russo anticapitalista até líderes carismáticos da extrema direita. Nesse sentido, é evidente que os diversos usos do conceito passaram por processos de repetição, alteração e ineditismo de significados, sendo a história dos conceitos um método relevante para revelar esses processos em torno dos conceitos de populismo e populista nas páginas do *Diário de Pernambuco*, bem como nas formulações acadêmicas.

Em relação à análise do *Diário de Pernambuco*, o procedimento metodológico iniciou-se com uma pesquisa das palavras “populismo” e “populista” na ferramenta de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Foi obtido um total de 2.247 ocorrências de ambos os termos entre os anos de 1946 e 1989. Nesse sentido, devido à amplitude temporal do trabalho e à quantidade de casos das palavras, na escrita do trabalho, optou-se por privilegiar as ocorrências que forneciam elementos mais substanciais para a análise das perspectivas dos atores políticos das respectivas épocas sobre os populismos e os populistas. Além disso, levou-se em consideração os processos de repetições, alterações e inovações de significados, evitando redundâncias de casos. Quanto à amplitude temporal do trabalho, esta se justifica pela constatação de Koselleck (1992) de que a sincronia contém uma diacronia, o que leva à necessidade de uma investigação em um período relativamente longo. Assim:

Essa perspectiva metodológica, operacionalizada ao longo das épocas, acaba por se transformar também no que diz respeito ao conteúdo, em uma história do respectivo conceito ali abordado. Em uma segunda etapa da investigação os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado agregam-se a uma história *do conceito* (Koselleck, 2006, p. 105, grifos do autor).

Nesse contexto, a fim de realizar uma história conceitual no referido periódico, foi necessário um período de tempo amplo, que poderia ter sido, inclusive, ainda maior. No entanto, justamente por causa dessa abrangência, a análise só foi possível devido à ferramenta de busca de palavras da Hemeroteca Digital. Por esse motivo, devido ao fato de o *Diário de Pernambuco* ter sido digitalizado apenas até o ano de 1989 na referida plataforma, não foi possível abarcar o período posterior a essa data.

Em relação à análise das formulações acadêmicas, as quatro concepções trabalhadas foram escolhidas devido ao fato de serem representativas de seus respectivos contextos sociais, históricos, políticos e acadêmicos. Além disso, no universo selecionado, as obras mais recentes mantêm diálogos com as mais antigas,

estabelecendo laços sincrônicos e diacrônicos, o que torna possível realizar uma história do conceito de populismo no âmbito da academia brasileira. Para isso, cada formulação foi abordada levando-se em consideração as propostas de seus respectivos autores, seus diálogos, suas formações, bem como os contextos nos quais suas obras foram escritas. Também, nessa análise, optou-se por um recorte temporal longo, que abarca o período de 1954 a 2022, devido às indicações mencionadas por Koselleck para a realização de uma história dos conceitos.

2. UMA HISTÓRIA DOS USOS DOS CONCEITOS DE POPULISMO E POPULISTA NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Como ocorre com quase todos os conceitos, os termos “populismo” e “populista” não possuem uma autoria claramente definida nem uma data definitiva em que se tornaram categorias utilizadas para compreender e caracterizar a realidade social. Apesar disso, pode-se afirmar que essas palavras começaram a aparecer na imprensa na década de 1940, ganhando maior circulação a partir dos anos 1950, sempre associadas ao contexto político, social e econômico que o Brasil vivia. Assim, o objetivo do presente capítulo é analisar os usos dos termos “populismo” e “populista” nas páginas do *Diário de Pernambuco* entre 1946 e 1989.

Atualmente, a palavra populista costuma ser utilizada com um sentido negativo, especialmente quando se refere às representações feitas pela imprensa, que frequentemente emprega o termo para descrever determinadas lideranças, medidas ou regimes. Contudo, esse vocábulo nem sempre foi utilizado de forma depreciativa, visto que os membros do Partido de Representação Popular (PRP) foram alguns dos primeiros atores sociais a adotar a palavra para se autodenominarem. Essa agremiação partidária surgiu no contexto democrático da chamada Quarta República, quando novos partidos foram criados após o período ditatorial do Estado Novo. O grupo era composto basicamente por ex-militantes integralistas da década de 1930, que procuravam se reorganizar em um período de democracia, caracterizado pelo repúdio ao fascismo (Gonçalves e Neto, 2020).

Nesse contexto, os membros do PRP utilizavam a palavra “populista” para se autodefinirem, o que chamou atenção da imprensa da época: “Nota-se que os oradores [do PRP] classificam os adeptos do Partido de **Populistas**”⁶. Além disso, a mesma reportagem afirma que “o nome do chefe do Partido, sr. Plínio Salgado, foi citado poucas vezes, em meio a um estribilhosinho sem coro”⁷, o que evidencia a tentativa dos membros da agremiação de sobreviver politicamente em um período no qual o fascismo e o integralismo já não eram mais alternativas viáveis. Dessa maneira, o termo populista foi utilizado pelo PRP na tentativa de conferir uma conotação positiva

⁶ Na convenção do P.R.P., ontem surgiram os nomes dos primeiros candidatos à Câmara Estadual. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 3, 28 nov. 1946, grifo do autor. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1940 a 1949 - DocReader Web](#). Acesso em: 17 out. 2024.

⁷ *Ibid*, *idem*.

ao partido. Apesar disso, a palavra estava em disputa e possuía múltiplos significados, como a própria reportagem sugere:

Até onde vai nossa capacidade de memória, por **Populista** foi conhecido um movimento literário na França de antes da Guerra, o qual matinha no seu seio todos os literatos de tendência esquerdista daquele país, à frente deles o finado Eugene Dabit, a quem Gide dedicou o **Retorno**⁸.

De fato, nessa época, o termo era também aplicado para se referir a um prêmio e a um gênero literário que tratava da vida dos denominados “setores populares”: “O populismo que, à maneira de Daudet e Theuriet, outrora atenuara Zola e o zolaismo, abafando-o num véu de seda rosa, pretendia, com Thérive e Lemonnier, reviver a alma popular e continuar a tradição realista”⁹. Assim, é possível perceber como, já na segunda metade da década de 1940, essas palavras tinham múltiplos significados. No entanto, é nesse mesmo período que o caráter negativo do populismo começa a ser construído, e pode-se afirmar que isso foi consequência da reação de grupos conservadores provocada pela entrada na política de setores populares outrora excluídos. Segundo a perspectiva elitista, essas “massas”, como ficaram conhecidas, não estariam prontas para exercer a cidadania política de forma autônoma e, por isso, somente poderiam ser manipuladas por líderes “populistas” e “demagogos”:

Traço de atraso cultural é a repetição pelos movimentos coletivos de erro reconhecido. O impulso espontâneo das massas é sempre na direção regressiva, porque esta é sua tendência natural. O sentido dos movimentos populares sempre foi dado por homens superiores. O fenômeno, chamado na história dos movimentos revolucionários de populismo, que é se deixarem os chefes arrastar pelas inclinações populares, tem sido impiedosamente verberado por todos os grandes revolucionários e críticos da história. Falham os movimentos quando é a massa que os conduz¹⁰.

É interessante destacar que as acusações de populismo estão intimamente relacionadas às disputas políticas e eleitorais para a presidência da República, embora também apareçam em outros contextos. As principais figuras associadas a esse fenômeno são, em menor escala, o então secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), Luís Carlos Prestes, e, mais frequentemente, Getúlio Vargas e o ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, cuja figura foi a mais relacionada com o populismo nas páginas do *Diário de Pernambuco*.

⁸ *Ibid, idem*, grifos do autor.

⁹ BRITO, Monte. A ronda dos livros. **Diário de Pernambuco**, Recife, n. 15, 01 jun. 1947. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1940 a 1949 - DocReader Web](#). Acesso: 24 jan. 2025.

¹⁰ FRANCA, Antonio. Engano led e cego. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 15 jan. 1947. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1940 a 1949 - DocReader Web](#). Acesso em: 24 jan. 2025.

A preocupação com a sucessão presidencial já se expressava em 1948, com vistas às eleições de 1950. Nessa época, a inédita competição eleitoral, ocasionada pela incorporação de amplos setores populares como eleitores, era um problema para parte das elites políticas que não sabiam fazer campanhas em uma democracia de massas. Por esse motivo Vargas e Barros foram os alvos preferenciais dos grupos conservadores. Algumas especulações para as eleições de 1950 sustentavam que “entre três candidaturas, seria vitoriosa a ‘populista’ – termo ainda vago, mas que a luta eleitoral transformará em extremismo. As duas candidaturas derrotas seriam as democráticas, representadas pela UDN [União Democrática Nacional] e o PSD [Partido Social Democrático]”¹¹. No decorrer das disputas, os conservadores afirmaram que “o governador de São Paulo [Adhemar de Barros] representaria justamente aquilo que tantos temem, ao redor de uma dura competição eleitoral: o ‘populista’, que talvez contasse com o voto aberto dos comunistas, etc.”¹²

Dessa forma, o político paulista foi um dos mais identificados com o populismo pelo jornal pernambucano. Adhemar Barros foi nomeado interventor em São Paulo durante o Estado Novo e, embora tenha sido escolhido por Getúlio Vargas por causa de sua inexpressividade política, logo se revelou extremamente hábil e angariou prestígio entre a população do estado. Após a queda do regime ditatorial, Barros lançou-se candidato a governador de São Paulo, elegendo-se devido à sua popularidade e ao apoio que recebeu do PCB. No entanto, posteriormente, ele apoiou a declaração de ilegalidade do Partido Comunista, o que foi importante para a consolidação do Partido Social Progressista (PSP) no estado¹³. Ele certamente foi um dos políticos que melhor notou “a novidade, para o cenário político e social, da presença de milhares de novos eleitores residentes em bairros periféricos e nas cidades operárias que cresciam em São Paulo” (Duarte e Fontes, 2010, p. 90).

Nesse contexto, Barros passou a ser pejorativamente tachado de “populista”, com o termo sendo usado como uma ofensa e de maneira imprecisa. Contudo, o

¹¹ MARROQUIM, Murilo. Contradições e paradoxos da sucessão presidencial. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 16 out. 1948. Disponível em: [Diario de Pernambuco \(PE\) - 1940 a 1949 - DocReader Web](#). Acesso em: 25 jan. 2025.

¹² MARROQUIM, Murilo. Coordenação partidária ou perigo para o regime. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 18 fev. 1949. Disponível em: [Diario de Pernambuco \(PE\) - 1940 a 1949 - DocReader Web](#). Acesso em: 25 jan. 2025.

¹³ Para a trajetória de Adhemar de Barros e do PSP, cf. SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global Ed., 1982.

político rapidamente aceitou o adjetivo e começou a se reivindicar como tal. Segundo ele:

Se pensam que nos ofendem ou deprimem com essa designação, enganam-se redondamente. Populistas, para nós, é o que vem do povo. E nós, que só devemos nossa eleição ao povo – nada devendo aos políticos de boca cheia de frases, mas que nunca realizaram qualquer coisa em benefício do povo – somos populistas, que é ser democrata no mais nobre e no mais moderno sentido da palavra democrata. Ser populista, para nós, é dar à função social do Estado uma amplitude que não teve até agora. É governar dando oportunidade a todos e procurando elevar cada um, de acordo com as suas possibilidades, porém amparando a cada um, de acordo com as suas necessidades. Para nós, isso é ser populista. Esse populismo nós o praticamos e ficamos jubilosos quando nos designam com uma palavra que vai ser mais um elo a nos ligar definitivamente com o povo, que amamos, que respeitamos e que desejamos servir. Ser populista é procurar elevar a pirâmide social pela base¹⁴.

Com isso, Adhemar de Barros procurou se defender dos ataques da imprensa e criticar as articulações entre a UDN e o PSD, que buscavam construir uma aliança contra o chamado populismo, mas que não se concretizou devido a desentendimentos entre os dois partidos. Além disso, o governador enumerou várias de suas medidas, como construção de estradas, escolas e hospitais, afirmando que “isto é ser populista, é a verdadeira democracia. Somos populistas, o que quer dizer somos sociais-progressistas, e pertencemos a uma democracia social”¹⁵. Foi nesse momento que as palavras populismo e populista entraram definitivamente para o vocabulário político da imprensa. Dessa forma, a disputa em torno do significado desses conceitos adquiriu novos contornos: de um lado, configurava-se como uma categoria pejorativa atribuída a políticos demagogos; de outro, era apropriada por figuras como Barros, que a utilizavam para marcar uma distinção entre um líder legítimo, representante do “povo”, e uma “elite” tida como corrupta.

Com a aliança de Getúlio Vargas e Adhemar de Barros para as eleições de 1950, ambos os líderes, assim como seus respectivos partidos, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e PSP, foram identificados como populistas. Essa união parecia praticamente imbatível para os adversários de ambos os políticos, especialmente após o PSD e a UDN não lançarem uma candidatura única: “rejeitou-se a ‘fórmula mineira’, deu-se tempo a que o populismo ademarista e varguista tomasse vulto e até hoje só se veem os chamados partidos de centro patinando, sem encontrar uma

¹⁴ “ESTAR com o povo, nas democracias, é estar com a maioria, portanto a vitória”. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 3, 24 maio 1949. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1940 a 1949 - DocReader Web](#). Acesso em: 25 jan. 2025.

¹⁵ *Ibid*, *idem*.

fórmula melhor”¹⁶. Assim, os chamados "partidos de centro" – por vezes também designados como conservadores ou liberais – foram contrapostos ao denominado "populismo".

De acordo com a perspectiva dos antipopulistas, a aliança de Vargas e Barros deveria ser impedida, pois representava um perigo para as instituições e para o regime democráticos. Dessa forma, os liberais brasileiros evidenciaram suas contradições: por um lado, afirmavam-se defensores da democracia, mas, por outro, propunham soluções golpistas para seus fracassos eleitorais. Nesse sentido, são significativas as palavras de Assis de Chateaubriand: “desembocamos, neste fim da segunda quinzena de junho, aqui em São Paulo, no seguinte dilema: a justiça eleitoral e o exército devem sustar o rush populista ou não se sabe o que será o dia de amanhã”¹⁷. Com a vitória de Getúlio Vargas sobre Eduardo Gomes, da UDN, e Cristiano Machado, do PSD, que acabou sendo “cristianizado”, a reação dos autodenominados centristas foi afirmar que as “massas” foram manipuladas pelos populistas:

A sensação que recebemos do colapso democrático, nas eleições presidenciais, é que o povo decidiu negar e rifar tudo que se reconquistara em 29 de outubro: regime, constituição, liberdades públicas, direitos e garantias individuais, etc. Foram os liberais arrasados pelo rolo compressor do populismo caudilhisto gaúcho. [...] Ignorava-se que o poder de Getúlio Vargas sobre as massas pudesse traduzir-se nesse grandioso espetáculo de submissão eleitoral a um homem, espetáculo que é, sem dúvida, o maior que se conhece em nossos anais políticos?¹⁸

Ao longo da década de 1950, Getúlio Vargas e Adhemar de Barros foram associados ao populismo, porém o termo ficou intimamente ligado ao nome do governador paulista e ao seu partido. Após a vitória de Vargas para a presidência, houve algumas articulações para uma possível fusão partidária entre o PTB e o PSP, membros da chamada “frente populista”. Apesar de o movimento ter fracassado, as divergências que impediram o prosseguimento da fusão revelam como, mesmo dentro do denominado populismo, havia várias interpretações para o mesmo fenômeno:

Sabe-se que Vargas admitiu a hipótese dum exame do assunto, deseja que se evite quanto possível qualquer coisa que se pareça com luta de classes, daí a razão por que não escondeu aos íntimos de Campos do Jordão que os estudos que se fazem o com o objetivo de fortalecer o chamado populismo tenham como base na posição ideológica do PTB, o que lhe parece ideal,

¹⁶ PASSADA a trégua do carnaval. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 23 fev. 1950. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em 27 jan. 2025.

¹⁷ CHATEAUBRIAND, Assis. Themis ou Marte. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 5, 21 jun. 1950. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em: 27 jan. 2025.

¹⁸ CHATEAUBRIAND, Assis. Um grande serviço. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 12 out. 1950. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em: 27 jan. 2025.

pois harmoniza o capital e o trabalho não cuidando jamais de lançar os empregados contra os empregadores, como pretendem certos exegetas menos lúcidos do fenômeno populista¹⁹.

Em 1953, a vitória de Jânio Quadros sobre o candidato do PSP para a prefeitura de São Paulo despertou um clima de comemoração entre alguns jornalistas. O surgimento de uma liderança carismática, popular, conservadora e moralista como a de Quadros representou uma possibilidade de derrota de Vargas e Barros. O fracasso de Adhemar foi particularmente importante porque PSP era uma grande máquina eleitoral em São Paulo. Para Andrade Lima Filho, o prefeito eleito era o “quarto populismo”²⁰, ao lado de Getúlio Vargas, Adhemar de Barros e Luís Carlos Prestes; contudo, ele se distinguia destes por representar o moralismo na política:

Já não há mais dúvida de que a eleição do sr. Jânio Quadros apresenta dimensões morais e políticas mais precisas. Tendo sido, como já ressaltamos, uma conquista nitidamente popular, foi, além disso e antes de tudo, uma vitória do povo contra essas duas pragas que vêm devastando a nação: o amoralismo político e a demagogia capenga. Uma vitória, portanto, contra a dupla Vargas-Ademar, representativa por excelência desse estado de coisas, algo meio gelatinoso e meio fluídico, a que um chama de populismo-trabalhista e o outro de populismo-progredista.²¹

Assim, o fenômeno populista estava em disputa. Por um lado, foi utilizado como um atributo positivo por Adhemar de Barros, e não parece ter sido rejeitado por membros do PTB e mesmo por Vargas. Por outro lado, foi concebido como um rótulo pejorativo por grupos conservadores, principalmente os ligados à UDN, sendo sinal de demagogia e manipulação de massas, embora tais setores apreciassem a vitória de um populista moralista. Mesmo dentro de cada um desses grupos, não foram poucos os dissensos em relação ao significado do que era ser populista. Enquanto Vargas pensava no fenômeno como uma forma de conciliação de classes e de harmonização entre capital e trabalho, Adhemar o entendia como um estilo de fazer política. Nesse sentido, para o líder do PSP, o populismo implicava tanto um discurso de oposição entre um povo puro e uma elite corrupta, quanto uma forma malcomportada de fazer política, a qual implicava uma “performance” que distanciava o populista das “elites refinadas” (Cassimiro, 2021).

¹⁹ PRINCÍPIOS fundamentais do futuro partido. **Diário de Pernambuco**. Recife, n.1, 24 jan. 1951. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em: 28 jan. 2025.

²⁰ FILHO, Andrade Lima. O quarto “populismo”. **Diário de Pernambuco**. Recife, n.4, 27 mar. 1951. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em: 28 jan. 2025.

²¹ FILHO, Andrade Lima. São Paulo pode falar uma linguagem nova. **Diário de Pernambuco**. Recife, n.4, 03 abr. 1953. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em: 28 jan. 2025.

Essa concepção de populismo como estilo impolido de exercício da política terá uma longa trajetória, permanecendo até a atualidade. Tal entendimento é expresso quando afirma-se que:

Foi Adhemar de Barros quem descobriu que ser elegante prejudicava, eleitoralmente, o homem público. E começou a vestir-se mal, andar pelas ruas sem paletó e sem gravatas, dizer nomes feios e contar anedotas ao gosto do povo. O resultado foi o melhor possível. Na primeira campanha que surgiu Adhemar foi candidato contra o Governo (1946) e venceu por larga margem de votos. Governador do Estado de São Paulo, Adhemar, sempre sem paletó e gravatas, começou a preparar seu caminho para o Catete. Em 1950 não conseguiu ser candidato, mas ajudou a eleger Getúlio. E continuou sua campanha populista. O primeiro passo seria, novamente, o governo de São Paulo. Tudo ia muito bem até que surgiu pela sua frente Jânio Quadros. Jânio usou e aperfeiçoou os métodos ademaristas. Se Adhemar tirava a gravata, Jânio deixava a barba crescer. Se Adhemar tirava o paletó, Jânio usava ceroulas. Se Adhemar dizia palavrões, Jânio comia sanduíches e tomava injeções em público. No fim, Adhemar foi vencido. Competiu com Jânio para governador de São Paulo e este venceu com boa margem de votos²².

É interessante destacar que, especialmente durante os períodos eleitorais para a presidência da República, o populismo era frequentemente associado à frente formada pelo PSP e pelo PTB, como foi o caso da união entre Adhemar de Barros e Getúlio Vargas em 1950. Contudo, nas eleições de 1955, após o suicídio do político gaúcho, essa frente passou a ser liderada por Barros, candidato à presidência, e por Danton Coelho, candidato à vice-presidência e dissidente do PTB, que, naquele momento, havia se reunido em torno da coligação entre Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Após sucessivas derrotas eleitorais, no dia 21 de agosto de 1957, a UDN se reuniu para “revisão do programa dos estatutos do Partido, de modo a adaptá-los à nova linha populista e nacionalista”²³. Apesar disso, as divergências internas quanto a essa nova orientação não foram poucas. Na convenção nacional udenista, um dos membros do partido, Raul Fernandes, criticou o apoio da legenda ao imoderado intervencionismo estatal na economia, defendendo a tradição liberal do partido e proclamando que “não tenhamos, pois, vexame em nos chamarmos de liberais, pois efetivamente outra coisa não somos. Nem há necessidade de nos disfarçamos em

²² O cronista ve o Brasil em mangas de camisa. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 12, 19 jun. 1955. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em: 29 jan. 2025.

²³ SESSÃO extraordinária da U.D.N.. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 7, 22 ago. 1957. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em: 30 jan. 2025.

populistas para que possamos promover o justo interesse dos trabalhadores”²⁴. A UDN, entretanto, optou por apoiar Jânio Quadros nas eleições de 1960, considerando-o uma liderança populista capaz de fazer frente à união do PSD e do PTB.

Não obstante o apoio dado por setores conservadores à candidatura de Quadros, o populismo, no decorrer da década de 1960, começa a adquirir contornos definitivamente negativos, sendo associado não somente à política, mas também à gestão econômica. Entre os liberais, medidas populistas passam a ser vistas como sinônimo de ingerência estatal e “nivelamento por baixo”. Roberto Campos, que posteriormente seria ministro do Planejamento de Castello Branco, por exemplo, afirmava que “a componente populista visa a distribuir um bolo insuficiente para uma população crescente e, nesse processo, incrementa o consumo antes do investimento”²⁵.

Com a radicalização política brasileira no começo dos anos 1960, segundo a perspectiva conservadora, lideranças como João Goulart, Miguel Arraes e Leonel Brizola passaram a ser cada vez mais rotuladas de populistas. Nesse contexto, seus projetos políticos eram interpretados como demagógicos, eleitoreiros, corruptos e economicamente irresponsáveis. Em um cenário mundial marcado pela Guerra Fria, o reformismo desses governantes era entendido como uma aproximação com as esquerdas revolucionárias.

Pode-se afirmar que depois do golpe, tanto à direita quanto à esquerda, o populismo foi identificado pejorativamente ao período anterior a 1964, pois teria sido o esgotamento desse sistema/estilo político que levou à ruptura institucional. Nesse sentido, a democracia brasileira de 1945 a 1964 foi associada, no caso das direitas, ao peleguismo, ao perigo comunista e à corrupção de lideranças demagógicas. Já para as esquerdas, o populismo estava ligado à crença de que era possível desenvolver o país a partir de uma aliança de classes. Assim, por um lado, a “Revolução” foi enaltecida pelas forças direitistas como uma forma de evitar o perigo comunista e a corrupção dos líderes populistas:

Em primeiro lugar, - e ângulo mais de alcance negativo - será mister que a Revolução não continue encabulada, revelando ao público o que era o quadro contra que se pegou em armas, na marcha patriótica de 31 de março. Urge

²⁴ MARROQUIM, Murilo. U.D.N.: Divergências afloram na convenção. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 30 nov. 1957. Disponível: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1950 a 1959 - DocReader Web](#). Acesso em: 30 jan. 2025

²⁵ CAMPOS, Roberto. Nehru e o “sentimento-contra”. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 19 out. 1960. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1960 a 1969 - DocReader Web](#). Acesso em: 31 jan. 2025

mostrar, em seus detalhes, a podridão do peleguismo, a falta de escrúpulo dos “salvadores” populistas, a orgia descompassada e o descalabro torpe da administração que a Revolução tangeu. E, ao mesmo tempo, como ângulo positivo, é necessário que se trabalhe, que se tire a Nação do atoleiro, que se restaure a compostura e a sacralidade da vida pública, que se ponha termo, custe o que custar, à exploração e à ganância, que se robustecer [sic] e ampliem as conquistas da justiça social, para que o povo, afinal, livre do pesadelo, compreenda a Revolução e sentindo-lhe os efeitos benéficos, se una em coro uníssono para dar graças a Deus pelo milagre de haver parado à beira do abismo, pensando-se, por exemplo, no que seríamos hoje se a Revolução não houvesse, em tempo oportuno, cortado e esmagado a onda de degradação que o desgoverno do populismo humanista fazia desabar sobre o país²⁶.

Por outro lado, as esquerdas tendiam a interpretar o populismo como uma forma de desenvolvimento insustentável, como evidenciado por uma reportagem sobre a formação do Movimento Popular de Libertação, uma “organização de forças populares para a conquista do poder”, formada por exilados e políticos de oposição, que viam na luta armada a “única saída popular” da ditadura²⁷. Segundo um documento elaborado pelo grupo, criticava-se:

A “falta de visão dos líderes populares, limitados a uma atuação populista”, e a falsa noção do “desenvolvimento nacionalista, sob a égide da burguesia nacional”. Em seus termos, “o populismo já havia esgotado o seu papel histórico, mas as lideranças populares persistem em tê-lo como norma de comportamento”²⁸.

Durante a década de 1970, o termo populismo continuou a apresentar uma profusão de significados. Se após o golpe de 1964, o termo foi usado para designar uma fase de desenvolvimento de alguns países latino-americanos²⁹ e mesmo para caracterizar todo um período da história da brasileira, não tardou para que a palavra também fosse aplicada a qualquer liderança carismática que tentasse uma aproximação com os setores populares. Assim, por um lado, a concepção de populismo caracterizava um momento historicamente delimitado e, por outro lado, indicava o processo de personalização da política e a aproximação de lideranças com setores populares, não estando delimitado a um período histórico.

Nesse último sentido, é significativo o fato de que a palavra tenha sido empregada para descrever a atuação do general João Figueiredo durante seu

²⁶ A revolução ameaçada. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 16 maio 1964. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1960 a 1969 - DocReader Web](#). Acesso em: 01 fev. 2025.

²⁷ EXILADOS acham que só voltam com luta armada. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 1, 20 mar. 1968. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1960 a 1969 - DocReader Web](#). Acesso em: 02 fev. 2025.

²⁸ *Ibid*, *idem*.

²⁹ Cf. DESENVOLVIMENTO pelo esforço próprio. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 17 abr. 1970. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em: 03 fev. 2025.

mandato presidencial. Em seu governo, o militar tentou se mostrar como alguém popular e, por isso, o ex-deputado opositor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Alencar Furtado, classificou o general como “um autocrata com muita vontade de ser um populista: monta a cavalo, beija menino, tira retrato de sunga, faz Cooper, dança com as mulatas do Sargentelli, é beijado por misses e diz que é um velho frouxo”³⁰. Além disso, o então ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, sugeriu uma aproximação com os trabalhadores por meio do aparato ministerial, na tentativa de:

Consolidar a imagem populista de JBF [João Batista Figueiredo], transferindo-a para o Governo, além de procurar principalmente evitar que as decisões do Planalto continuem a ser vistas como ato de força indiscutível, mas passem a constituir resultado de negociações de fato, em que as lideranças trabalhistas seriam, quando possível, únicas responsáveis³¹.

Com o processo de reabertura política, a anistia e o fim do bipartidarismo, o populismo voltou a ser uma preocupação, especialmente com o retorno de lideranças do período pré-golpe ao Brasil, como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Nesse momento, o significado do vocábulo também está em disputa. Por um lado, Brizola era visto de forma positiva, como uma figura de forte apelo popular, “um fenômeno populista, de soma de disponibilidades, Ele é, em termos potenciais, a maior força pessoal do País e isto só pode ajudar a Oposição”³². Por outro lado, o termo populista também apresentava uma carga depreciativa, sendo utilizado pelo próprio Brizola para descrever o PTB de Ivete Vargas como “um agrupamento populista de direita, imediatista, colaboracionista do regime”³³.

No decorrer da década de 1980, ainda que o termo populismo fosse utilizado para designar as antigas lideranças da chamada Quarta República, como Jânio Quadros, Miguel Arraes e Leonel Brizola, houve uma grande circulação da palavra, tanto em sentido positivo quanto negativo. O então governador de São Paulo, Paulo Maluf, por exemplo, era acusado de tentar reencenar o estilo populista de Ademar de Barros³⁴. Também o ex-prefeito de Recife, Gustavo Krause, era acusado de populismo

³⁰ DENUNCIADO complô para extinguir MDB. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 28, 01 jul. 1979. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em: 05 fev. 2025.

³¹ BRANCO, Ângelo Castelo. A busca do populismo. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 2, 21 dez. 1978. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em: 05 fev. 2025.

³² RÔMULO vê pretexto de golpe. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 2, 07 fev. 1979. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em: 05 fev. 2025.

³³ BRIZOLA descarta união com Jânio. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 2, 22 nov. 1980. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em: 05 fev. 2025.

³⁴ SIMULACRO. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 8, 23 abr. 1981. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em: 06 fev. 2025.

por “adotar uma postura, descontraída, subindo aos morros, em mangas de camisa, tão do agrado das camadas populares”³⁵, chegando mesmo a ser considerado um “elemento esquerdista”³⁶. No entanto, segundo o político pernambucano, sua gestão não seria populista porque não possuía três características básicas do fenômeno: “o comportamento do Estado-pai; a visão do povo como massa de manobra e a divisão das massas para que elas se mantenham à mercê dos dominantes”³⁷.

Essa perspectiva pejorativa do termo manteve-se no decorrer da década de 1980, assumindo novos contornos de acordo com a trajetória brasileira. Com os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil nesse período e com a consolidação do neoliberalismo, o conceito de populismo voltou a ser empregado em contextos financeiros, denotando uma política econômica irresponsável e nacionalista. Nesse sentido, Roberto Campos afirmou que “os economistas de esquerda chegaram ao poder e optaram politicamente por um retorno ao populismo ou ao goulartismo sofisticado”³⁸. As críticas do economista liberal eram justamente a um projeto de viés desenvolvimentista, entendido como atraso e volta a um passado fracassado.

Ademais, a ideia, defendida por determinados setores liberais, de que o populismo representava uma política retrógrada, não se restringia unicamente ao nacionalismo econômico. Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, diversos atores políticos ligados ao empresariado criticavam os direitos sociais que seriam garantidos pela nova Constituição, considerando-os como uma forma de populismo demagógico que prejudicaria não apenas a economia, mas também os próprios trabalhadores. Para o então deputado constituinte Guilherme Afif Domingos:

No capítulo dos Direitos Sociais foi consagrado, de forma quase irreversível, o paternalismo populista, com restrições à livre negociação, manutenção da estrutura sindical herdada do fascismo e concessões demagógicas que oneram o custo do fator trabalho³⁹

³⁵ SENADOR diz que Gustavo Krause incomoda Governo. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 4, 10 jul. 1981. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em: 06 fev. 2025.

³⁶ *Ibid, idem*.

³⁷ MINHA candidatura é coerente. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 5, 18 abr. 1982. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em: 06 fev. 2025.

³⁸ ROBERTO Campos acusa Nova República de retorno ao populismo. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 3, 03 out. 1985. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em: 06 fev. 2025.

³⁹ SOMENTE agora se definem os caminhos do modelo econômico. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 52, 24 abr. 1988. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em: 07 fev. 2025.

Apesar de o populismo ser associado a uma política econômica nacionalista e heterodoxa, ao final da década de 1980, o conceito passou a ser usado, no contexto latino-americano, para designar algumas lideranças carismáticas e populares que promoveram reformas de orientação neoliberal. Com os governos de Carlos André Perez na Venezuela e Carlos Menem na Argentina, o sociólogo francês Alain Touraine afirmou que ocorreu “uma campanha populista que desembocou diretamente num programa econômico saído dos relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI)”⁴⁰. Esse fenômeno podia ser identificado, no Brasil, no programa de presidenciáveis em 1989, que, “embora use em alguns casos a retórica populista, tem seus programas econômicos com nítidos traços do liberalismo ortodoxo”. Na percepção de atores políticos da época, como Gustavo Krause (que anteriormente fora ele próprio considerado populista), Fernando Collor de Mello seria um dos principais exemplos da combinação de uma retórica populista com um receituário econômico neoliberal:

O programa de Collor é mais coerente com as tendências do mundo atual que privilegia a economia de mercado. Tem aspectos interessantes sobre a redefinição do papel do Estado. Minha preocupação apesar dessas considerações é que a visão populista inata do candidato implique série de concessões, vindo a desnaturar um programa como o dele. Até porque a linguagem e a relação populista perpassam os canais tradicionais e clássicos de governo, que na ação de governo são importantes pois o Governo procura sua base de apoio político na relação direta⁴¹.

Dessa forma, pode-se afirmar que a fonte jornalística se enquadra na categoria que Reinhart Koselleck classifica como “fontes próprias da linguagem do cotidiano, que no seu uso são únicas por princípio (...), que se ligam a um dia e fatos específicos, e que, passados cinco dias, perdem a força que possuíam no momento de sua publicação” (Koselleck, 1992, p. 143). Elas são importantes como uma primeira leitura porque fornecem indicações dos usos cotidianos de determinado conceito.

A partir da análise do *Diário de Pernambuco* entre 1946 e 1989 é possível notar como os usos e significados dos conceitos de populismo e populista estavam em disputa no referido periódico, apresentando diversas formulações, inovações e repetições. Inicialmente operacionalizado pelos integralistas em meados da década de 1940, o termo apresentava um significado positivo, sendo próximo à ideia de popular, tanto que era utilizado com o mesmo sentido para se referir a um certo tipo

⁴⁰ A aparência engana. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 10, 10 set. 1989. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em: 08 fev. 2025.

⁴¹ ANTUNES, Ricardo. Krause faz análise do discurso dos dois candidatos. **Diário de Pernambuco**. Recife, n. 3, 04 dez. 1989. Disponível em: [Diário de Pernambuco \(PE\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em: 08 fev. 2025.

de literatura focado nas camadas humildes. Se esse foi um dos usos iniciais, não tardou para que a palavra logo fosse empregada como uma ofensa para designar certos líderes carismáticos manipuladores das massas urbanas, como Getúlio Vargas e Adhemar de Barros.

Nesse sentido, os significados assumidos pelo conceito de populismo na década de 1940 são fundamentais para a compreensão tanto das inovações quanto das repetições do termo nos decênios seguintes. A partir desses significados, é possível observar diversos “estratos temporais” no fenômeno populista ao longo do tempo. Talvez o sentido diacrônico mais básico do termo com o qual se buscará um diálogo seja o de um político carismático que possui grande apelo e apoio popular. Contudo, com base nesse significado, o conceito foi utilizado sincronicamente em cada uma das matérias para uma situação única, designando, por vezes ideias e movimentos completamente contraditórios. A noção de populismo conseguiu abarcar as mais variadas figuras, de Getúlio Vargas a Fernando Collor de Mello, bem como posicionamentos políticos incompatíveis, como o trabalhismo e o neoliberalismo.

Evidentemente, os periódicos constituem “fontes primárias, que do ponto de vista da sua estrutura se articulam ao cotidiano, e cujo sentido primeiro é uma leitura única” (Koselleck, 1992, pp. 143-144). Nesse sentido, ainda que a imprensa não forneça definições com o rigor esperado de um trabalho acadêmico, no caso do populismo, ela constitui um importante acervo documental acerca dos usos cotidianos desse conceito. Por fim, é imprescindível ressaltar que os textos jornalísticos não são fontes menos relevantes que as acadêmicas e, como será discutido mais adiante, algumas formulações do populismo na academia terão como ponto de partida a imprensa, estabelecendo um diálogo com ela.

3. UMA HISTÓRIA DO POPULISMO COMO CONCEITO ACADÊMICO NO BRASIL

Se os conceitos “populismo” e “populista” começam a ser utilizados a partir da década de 1940 na imprensa, obtendo uma grande circulação desde então, é no ambiente acadêmico que esses termos foram mais bem desenvolvidos e definitivamente incorporados ao vocabulário político, social e econômico no Brasil. Para a análise da história dos referidos conceitos, serão abordadas com mais profundidade quatro formulações.

A interpretação dos intelectuais do IBESP foi a pioneira nacionalmente nos estudos do populismo e surgiu em um contexto de mudanças na sociedade brasileira da década de 1950 e da possível candidatura de Adhemar de Barros à presidência, cuja atuação foi interpretada como populista. A segunda análise abordada é a de Francisco Weffort, que, a partir da elaboração ibespiana, utiliza o conceito de populismo para refletir sobre um período específico do Brasil, que vai de 1930 a 1964. Em seguida, explora-se a interpretação de Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, que rejeitam a categoria de populismo para pensar as relações entre Estado e classes populares, defendendo a substituição do conceito por “trabalhismo”. Por fim, aborda-se como, contemporaneamente, o populismo ainda é utilizado na academia brasileira para pensar não somente o período de 1930 a 1964, mas também a realidade recente, por meio dos estudos de Thomás Zicman de Barros e Miguel Lago.

Cada uma dessas análises será fundamental para a elaboração da história do conceito de populismo no Brasil, pois elas são representativas dos diferentes “estratos de tempo” que o vocábulo possui e do contexto social mais amplo pelo qual o país e o mundo passaram nas respectivas épocas. Portanto, é fundamental recorrer a essas perspectivas para compreender a história do conceito de populismo no Brasil.

3.1 A FORMULAÇÃO IBESPIANA

No âmbito acadêmico, o conceito de populismo emergiu como uma categoria de análise em 1954, por meio dos membros do Instituto Brasileiro de Economia,

Sociologia e Política (IBESP)⁴², que publicaram a revista *Cadernos de Nosso Tempo*⁴³. Os intelectuais desse grupo procuraram interpretar os problemas da sociedade brasileira da época, incluindo o fenômeno do populismo, especialmente no ensaio intitulado "Que é o ademarismo?"⁴⁴. O texto, escrito em um contexto de crise política em 1954 e em meio às articulações para as eleições de 1955, tinha como objetivo elucidar a força eleitoral de Adhemar de Barros.

O ensaio afirma que o ademarismo é uma forma de populismo (IBESP, 1954). Esse fenômeno político seria resultante da confluência de duas condições: de um lado, a massificação gerada pelo processo de proletarização dos trabalhadores, que, sem consciência de classe, se tornariam uma massa; de outro, uma classe dominante em crise de hegemonia. A partir dessa conjuntura, surgiria um líder populista capaz de mobilizar as massas por meio de apelos carismáticos para alcançar o poder (IBESP, 1954; Gomes, 2001; Oliveira, 2001; Zicman de Barros; Lago, 2022). Além disso, embora Adhemar de Barros fosse membro do Partido Social Progressista (PSP), sua atuação transcendia essa organização. Enquanto os integrantes do Partido Social Democrático (PSD) dependiam da estrutura partidária, Adhemar de Barros conferia substância ao seu partido (IBESP, 1954). Em outras palavras, o líder populista seria aquele que disporia de uma capacidade de atuação independentemente de sua legenda.

A partir dessa análise, é possível notar algumas referências para a formulação teórica do populismo presentes no ensaio. A primeira delas é a noção de José Ortega y Gasset de "homem-massa", que pode ser entendida como "um sujeito mimado, impulsivo, sem projeto e, sobretudo, incapaz de crítica" (Zicman de Barros; Lago,

⁴² Segundo Ângela de Castro Gomes (2001) e Simon Schwartzman (s/d), no contexto da década de 1950, um grupo de intelectuais se reuniu em Itatiaia para discutir questões políticas, econômicas e sociais brasileiras. Esse grupo ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. Em 1953, os estudiosos formaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e iniciaram a publicação dos *Cadernos do nosso tempo*, cuja importância advém de ser considerada o início da ideologia nacional-desenvolvimentista. Posteriormente, o IBESP estabeleceu convênio com a CAPES, dando início ao processo que o converteria em Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), um órgão permanente do Ministério da Educação.

⁴³ O IBESP publicou, entre 1953 e 1956, os *Cadernos do nosso tempo*, contando com a colaboração de autores como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe, entre outros. A publicação, que teve início no contexto da campanha do "Petróleo é nosso", da Greve dos Trezentos Mil e da Reforma Ministerial do governo Vargas, visava interpretar a crise nacional e esclarecer as forças progressistas sobre a necessidade da realização de diversas reformas. Cf. Gomes (2001, p. 22-23).

⁴⁴ O ensaio em questão não tem um autor identificado.

2022, p. 58)⁴⁵. A segunda influência reside na ideia de “bonapartismo”, formulada, por Karl Marx. Essa noção se manifesta no ensaio ao afirmar que o líder carismático ascende ao poder em um contexto de crise de hegemonia da burguesia, enquanto o proletariado se encontra fraco e desorganizado. Tal líder é sustentado por uma massa, entendida como “conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica” (IBESP, 1954, p. 25). Nessa análise, a liderança geralmente pertence aos setores dominantes da sociedade porque a massa, diferentemente da classe, carece de consciência plena de seus reais interesses. Essa condição propicia a manipulação das massas pelo líder, que utiliza seu carisma como uma ferramenta eficaz para influenciar e direcionar os anseios coletivos.

Como teriam surgido as condições propícias para o desenvolvimento do populismo no Brasil? À luz das ideias da teoria da modernização, o ensaio elenca algumas condições histórico-sociais que favoreceram o surgimento desse fenômeno, perceptíveis a partir das mudanças ocasionadas pela chamada Revolução de 30. Primeiramente, observou-se uma massificação da sociedade, sem que surgisse uma consciência de classe entre os trabalhadores. Isso seria decorrente de um rápido processo de urbanização e industrialização, que trouxe para as cidades as massas camponesas, as quais, o autor destaca, não possuíam tradição de organização classista devido à sua inconsciência. Por outro lado, a classe latifundiária decadente não teria sido substituída por uma burguesia industrial – mais adequada, segundo perspectiva do ensaio, às condições da nova estrutura econômica –, mas sim por uma burguesia mercantil. Assim, essa classe dirigente, ao perder sua exemplaridade, converteu-se em classe dominante, sendo também afetada pela massificação. Então, é nesse momento que surge a figura de Adhemar de Barros como o líder populista carismático.

É interessante observar que o ensaio foca exclusivamente na figura de Adhemar de Barros, desconsiderando a caracterização do presidente Getúlio Vargas como populista. Essa omissão é notável, dado o histórico vínculo entre os dois

⁴⁵ A menção a Ortega y Gasset e, especialmente, à ideia de “massas” é de particular relevância. Como afirmam Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo (2021, pp. 17-19), as preocupações com a emergência das massas nas sociedades pós-Primeira Guerra Mundial eram centrais no Brasil e no mundo. Em um momento marcado pelo ideal da modernização, a principal questão das elites políticas e sociais era como controlar tais “aglomerados” para evitar que se transformassem em um poder desestabilizador. Nesse contexto, a obra de Ortega y Gasset, *A rebelião das massas*, era uma referência nas formulações da época, pois, em sua interpretação, “as “massas” eram fruto de uma profunda desorientação, razão pela qual, nos diagnósticos da época, não só precisavam como exigiam um forte líder condutor” (Gomes; D’Araújo, 2021, p. 18).

políticos, já que Barros foi interventor em São Paulo durante o Estado Novo e ambos formaram uma aliança nas eleições que levaram Vargas de volta à presidência em 1951. A explicação dessa escolha remete ao fato de que, como mencionado anteriormente, os *Cadernos de Nosso Tempo* são considerados o nascedouro da ideologia nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, o projeto de país dos ibespianos estava alinhado com o projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas. Por outro lado, o ademarismo – e o populismo, em extensão – foi considerado reacionário por fortalecer a burguesia mercantil nacional e subordinar-se ao imperialismo norte-americano (IBESP, 1954). Portanto, a associação de Getúlio Vargas a esse ideal nacional-desenvolvimentista fez com que os membros do IBESP vissem seu governo como oposto ao populismo de Adhemar de Barros. Enquanto este era caracterizado como símbolo do atraso, Vargas se apresentava como defensor do progresso (Oliveira, 2001, p. 12).

Outrossim, é importante ressaltar que o conceito de populismo é descrito de forma tão ampla que pode englobar diferentes fenômenos em diversos contextos histórico-sociais. Segundo o texto, há casos do populismo na dinastia dos Ptolomeus, no Império Romano, nos fascismos, especialmente no caso alemão, e também nos Estados Unidos com o senador Joseph McCarthy. Portanto, desde sua primeira formulação no Brasil, esse conceito não apresenta um grande rigor quanto a suas aplicações.

O ensaio é finalizado com o alerta de que o ademarismo é uma força que tem potencial de chegar ao poder no curto prazo. Dessa forma, a neutralização do populismo só poderia ocorrer por meio de duas alternativas:

Para a direita, mediante um golpe militar, representativo dos interesses da alta classe média, do latifúndio e de todos os setores da burguesia mercantil que ainda não se dispuseram a aderir ao ademarismo; para a esquerda, mediante a construção de uma frente nacional democrática de esquerda, representativa da burguesia industrial da *intelligentsia* pequeno-burguesa e das vanguardas proletárias (IBESP, 1954, p. 36, grifo do autor).

Por fim, é importante analisar o contexto da formulação ibespiana. Essa perspectiva surgiu em 1954, ou seja, quando a academia no Brasil ainda era bastante recente, mas já começava a despertar a atenção de intelectuais para a resolução de problemas nacionais, sendo o populismo uma dessas questões (Gomes, 2001). Se o ensaio foi o primeiro a abordar no âmbito acadêmico tal fenômeno, é possível afirmar que seu autor estava dialogando com as disputas políticas da época, incluindo aquelas veiculadas em periódicos. Como ressaltado anteriormente, o conceito de populismo

surge na imprensa com um significado vago e em disputa. No texto, afirma-se que “a classificação que lhe convém [ao ademarismo] já tem sido inúmeras vezes utilizada na linguagem corrente. O ademarismo é um populismo” (IBESP, 1954, p. 25).

Em relação à história do conceito de populismo, a partir do ensaio, tem-se um processo de inovação conceitual de dimensão sincrônica, na medida em que seu autor propõe uma inovação do seu uso ao fazer uma ligação entre o fenômeno populista e a transição de uma sociedade tradicional para uma moderna. Marcado pelos postulados da então proeminente teoria da modernização, o texto entende que as transformações das estruturas socioeconômicas são a chave interpretativa para o populismo. Seu aparecimento na política brasileira estaria ligado à queda do regime oligárquico e ao fato de que “a urbanização (que já contém em germe a massificação) se processou antes da industrialização” (IBESP, 1954, 28). Ao mesmo tempo, percebe-se a dimensão diacrônica do conceito exatamente quando o autor dialoga com as veiculações do populismo, por exemplo, na imprensa. Adhemar de Barros certamente foi um dos políticos mais identificados com o fenômeno nos periódicos, tendo ele próprio se reivindicado enquanto tal.

Dessa forma, o ensaio inova ao articular o populismo com uma realidade socioeconômica específica, ao mesmo tempo em que mantém o sentido básico do fenômeno, que envolve um líder carismático sem projetos políticos, que mantém uma relação direta com uma “massa” manipulada por ele.

3.2 A CONSOLIDAÇÃO DO POPULISMO ENQUANTO CONCEITO: FRANCISCO WEFFORT EM DIFERENTES TEMPOS DE ANÁLISE

A formulação apresentada pelos integrantes do IBESP influenciou as concepções subsequentes sobre o populismo, incluindo a do cientista político Francisco Weffort, talvez a mais significativa desse período.

O objetivo dessa seção é, primeiramente, apresentar as formulações de Weffort a respeito do populismo e, em seguida, analisar a construção que esse autor fez do conceito, levando em consideração o contexto histórico e intelectual no qual ele produziu. Para isso, o enfoque será em três das obras do cientista político: *Política de massas*, *Estado e massas no Brasil* e *O populismo na política brasileira*⁴⁶. Esses

⁴⁶ O artigo “Política de massas” foi escrito em 1963, mas passou por algumas alterações para ser publicado, em 1965, como capítulo no livro *Política e revolução social no Brasil*, organizado por Gabriel

artigos, reunidos posteriormente e publicados como a primeira parte de seu livro *O populismo na política brasileira*, de 1978, são tidos como os mais influentes do autor sobre o populismo, embora sua produção não se limite a esses textos.

Apesar de haver uma certa continuidade na formulação desse conceito entre os diferentes textos do autor, não se pode desprezar a distância temporal entre eles, bem como os diferentes contextos no qual Weffort escreveu⁴⁷. Portanto, a análise aqui proposta acerca da teorização do cientista político sobre o populismo levará em consideração as diferentes elaborações que ele fez ao longo do tempo.

3.2.1 POLÍTICA DE MASSAS

O artigo *Política de massas*, escrito em 1963 e publicado em 1965, é o primeiro capítulo da primeira parte da obra *O populismo na política brasileira*. Nesse texto, Francisco Weffort inicia seu estudo sobre o populismo, apresentando um caráter político bastante explícito, na medida em que há críticas a um certo pensamento liberal, pelo lado da direita, e à hegemonia da ideologia nacionalista do ISEB e ao papel do Partido Comunista, pelo lado da esquerda. Essa característica é nítida também pelo fato de que o autor busca apresentar respostas sobre o que teria levado ao golpe de 1964, tema recorrente ao longo de sua produção.

Para Weffort, o populismo é resultado de uma transformação na sociedade brasileira que tem início com a denominada Revolução de 1930, intensifica-se em 1945, com a primeira experiência democrática de massas no Brasil, e encontra seu fim com o golpe de 1964. Em decorrência disso, com a intensificação da urbanização e da industrialização, há o crescimento das cidades e do proletariado urbano, momento em que se destaca a “tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político” (Weffort, 2022, p. 15).

Cohn, Octavio Ianni e Paul Singer. “Estado e massas no Brasil” foi publicado pela *Revista Civilização Brasileira*, em 1966, enquanto “O populismo na política brasileira” foi publicado, em 1967, na revista *Les Temps Modernes*.

⁴⁷ De acordo com Mussi e Kaysel (2020), boa parte dos críticos de Francisco Weffort deixou de levar em consideração a reconstrução cronológica da obra do autor, embora isso não invalide as críticas. Já Rafael Tauil (2018) ressaltou como os diferentes contextos históricos, políticos e institucionais nos quais Weffort estava inserido remodelaram sua perspectiva a respeito do populismo

Nesse contexto, o sufrágio foi uma forma de expressão política das insatisfações populares, e, ainda que fosse limitado⁴⁸, podia ser exercido com alguma autonomia. Apesar disso, em virtude de uma suposta impossibilidade de inserção popular dos partidos, “o sufrágio tende a transformar a relação política numa *relação entre indivíduos*” (Weffort, 2022, p. 18, grifo do autor). Não obstante essa feição atomizada, era imprescindível que os políticos prestassem contas aos eleitores. Assim, a democracia no Brasil foi uma realidade porque promoveu a participação das massas populares na política. É a partir dessas considerações que o autor se propõe a analisar essa participação a partir de duas formas concretas:

a liderança de massas do tipo populista, que se constituiu em uma das principais formas de imobilização política no período democrático, e o *nacionalismo*, ideologia que inspirou as linhas básicas da ação de diversas organizações da esquerda (principalmente do PC) e teve grande influência sobre os sindicatos e associações estudantis (Weffort, 2022, p. 23, grifos do autor)

Weffort, então, procede a uma crítica aos liberais e aos nacionalistas, principais grupos que organizaram o debate político no Brasil na época, a fim de fornecer alguma conceituação do que é o populismo. De acordo com a perspectiva liberal, o populismo seria demagogia e manipulação das massas, que carecem de reflexão crítica, sendo conduzidas por um líder carismático que promete muito, porém não tem possibilidade de cumprir suas promessas. Por outro lado, a definição apresentada pelos nacionalistas não difere significativamente daquela dos liberais, uma vez que também considera aspectos como demagogia e emocionalidade. No entanto, enfatiza-se, principalmente, a “ausência de ideologia” do populismo, que seria visto como “mera exterioridade, fato político sem conteúdo” (Weffort, 2022, p. 24), ou mesmo como um fenômeno “pré-político” ou “para-político” restrito ao passado. As críticas de Weffort são contundentes contra os nacionalistas. Ao abordar a caracterização do populismo no artigo “Que é o ademarismo?”⁴⁹, o cientista político considera que a elaboração dos ibespianos era demasiado abstrata e não possuía um caráter histórico-social, o

⁴⁸ A Constituição de 1946 não permitiu o direito de voto aos analfabetos, o que leva Weffort (2022, p. 17) a afirmar que esse fato é “uma das mais clamorosas injustiças da democracia parcial, instalada no pós-guerra”. Apesar dessa limitação, o número de eleitores cresceu significativamente no período entre 1945 e 1964. Sobre esse crescimento cf. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, p. 152.

⁴⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. “Que é o ademarismo?”. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 139-149, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simón. **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 23-30.

que permitia definir lideranças e formações sociais muito distintas sob uma mesma categoria.

Diferentemente do que sugerem liberais e nacionalistas, o populismo, sustenta Weffort, não é um fenômeno do passado, como o coronelismo, e nem a transposição deste para a realidade urbana. Ao contrário, trata-se de um fenômeno das sociedades capitalistas em processo de urbanização e industrialização, quando grandes contingentes da população operária e pequeno-burguesa se tornam politicamente disponíveis como massa. Ainda que o cientista político critique a noção de massa dos ibespianos por ser muito abstrata, ele afirma que “em um de seus aspectos, o populismo brasileiro é, por certo, um fenômeno de massas” (Weffort, 2022, p. 26), pois sob algumas circunstâncias as classes sociais podem assumir aparência de massa. Nesse caso, estabelece-se uma relação política entre um líder e indivíduos politicamente isolados. No entanto, para o autor, a análise do populismo não pode prescindir de uma análise de seu conteúdo ideológico e de classe; caso contrário, esse fenômeno seria caracterizado como pré-político ou para-político, como defenderam liberais e nacionalistas.

Em um estudo intitulado *Raízes sociais do populismo em São Paulo*⁵⁰, Weffort examinou essas diferenças de ideologia e de classe em duas formas do populismo paulista: o ademarismo e o janismo, no contexto das eleições estaduais de 1962. Por um lado, o cientista político observou que Jânio Quadros recebeu mais votos na capital, especialmente nos bairros periféricos, onde havia maior proporção de setores assalariados pertencentes ao operariado e à classe média assalariada. Por outro, Adhemar de Barros obteve maior votação no interior, especialmente entre pequenos proprietários e setores assalariados do lumpen-proletariado (Weffort, 1965). Com base nessa análise, afirma que “se o típico seguidor de Barros espera algo para si, como indivíduo, isto já o caracteriza social e ideologicamente, já o dispõe de maneira determinada para a ação política” (Weffort, 2022, p. 34).

A partir de uma certa leitura de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, Weffort afirma que, em geral, as classes fundamentais do capitalismo não

⁵⁰ WEFFORT, Francisco. *Raízes sociais do populismo em São Paulo*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-60, 1965. Neste artigo, Weffort realiza uma análise do resultado das eleições estaduais em São Paulo no ano de 1962, nas quais concorreram Jânio Quadros e Ademar de Barros para o cargo de governador, sendo este último o vencedor. O texto foi originalmente escrito em 1963 e publicado em 1965 na *Revista Civilização Brasileira*. Parte dos resultados da pesquisa foi incorporado ao artigo *Política de massas*.

costumam se expressar como massa. Essa característica se revela particularmente na pequena burguesia, a qual, devido à sua falta de consciência de classe, tende a defender os interesses de outras classes e só consegue se fazer representar por um líder ao qual se submete. No entanto, sob determinadas circunstâncias históricas, é possível que outras classes desempenhem papel de massa. Dessa forma, é possível constatar que:

O populismo, nestas formas espontâneas [ademarismo e janismo], é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa que aparece como a imagem desejada para o Estado. É uma pobre ideologia que revela claramente a ausência total de perspectiva para o conjunto da sociedade. Não se poderia esperar mais de uma pequena burguesia que se assimila ao comportamento do lumpen e de um operário que se expressa de maneira pequeno-burguesa. A massa volta-se para o Estado e espera dele “o sol e a chuva”, ou seja, entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes (Weffort, 2022, p. 38, grifos do autor).

O autor também realiza uma análise dos nacionalistas, destacando que essa ideologia guardava várias semelhanças de conteúdo com os demagogos populistas. Uma das afinidades mais notáveis era a concepção de “povo”, sempre entendida como um conjunto de indivíduos que compartilham a ideia de “ser brasileiro”, ou seja, um conglomerado no qual não existem contradições de classe. Contudo, havia diferenças significativas entre o populismo em sua forma espontânea e em sua vertente nacionalista. Por um lado, o populismo espontâneo estava associado a determinadas lideranças como Adhemar de Barros e Jânio Quadros, sendo caracterizado por traduzir as vontades do “povo” em um contexto uma intensa urbanização, como em São Paulo. Por outro lado, o populismo nacionalista também possuía um caráter espontâneo, mas com a diferença de que nasceu dentro do Estado. Nesse sentido, o autor afirma que “o nacionalismo foi pouco mais que uma forma pequeno-burguesa de consagração do Estado” (Weffort, 2022, p. 45, grifos do autor). Portanto, ao tentar representar o conjunto da sociedade brasileira sem reconhecer suas contradições de classe, o nacionalismo transformou o Estado em um mito, entendendo-o como a representação dos interesses burgueses e de todo o povo, escondendo seu papel de dominação.

Em ambas as formas, o populismo representou uma tentativa real de atender aos interesses populares, porém, por se tratar de uma forma de ação pequeno-burguesa, ele conduziu, inevitavelmente, à “traição” das massas. Por esse motivo, Weffort considera que o “equilíbrio de forças contraditórias era insustentável” (Weffort, 2022, p.46) e que o golpe de 1964 foi a resposta ao esgotamento desse equilíbrio,

resultando em uma ruptura com o populismo e na exclusão tanto da elite política quanto das massas populares. São essas questões que o levam a afirmar que as massas populares foram o “parceiro-fantasma”, pois, apesar de serem uma força importante, permaneceram à margem das disputas políticas, que eram sempre resolvidas entre os grupos dominantes.

Portanto, em seu primeiro artigo sobre o populismo, Weffort buscou manter um diálogo crítico tanto com a perspectiva liberal quanto com a visão nacionalista do fenômeno. No primeiro caso, o politólogo se opôs à visão elitista sobre o populismo, que alguns liberais expressavam em jornais (Weffort, 2022, p. 24). No segundo caso, confrontou diretamente a interpretação ibespiana presente nos *Cadernos do Nosso Tempo*.

Weffort não nega a validade do esquema proposto pelos intelectuais do IBESP e inclusive mantém determinadas noções dessa formulação, como a identificação do surgimento do populismo a partir da crise do regime oligárquico e a ideia de um líder carismático que estabelece relações sem mediação com as massas. Apesar disso, o autor questiona os elementos do esquema interpretativo nacionalista e propõe uma inovação conceitual ao analisar o fenômeno não como uma manifestação pré-ideológica, mas como um “fenômeno *político* no pleno sentido desta expressão” (Weffort, 1965, p. 54, grifo do autor). Como alternativa às limitações ibespianas, Weffort afirma que “o populismo é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos em massa” (Weffort, 2022, p. 28, grifos do autor). Embora proponha essa definição, não há nesse primeiro artigo uma preocupação com a precisão e o desenvolvimento de uma formulação do conceito de populismo.

Apesar dessa limitação inicial, posteriormente superada nos próximos artigos do autor, o texto é exemplar para demonstrar as novidades do ambiente intelectual e histórico de Weffort, o qual possibilitou uma inovação no estudo do populismo, particularmente no que diz respeito ao contexto da produção teórica do IBESP. Esse artigo reflete sua formação inicial em instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e o grupo do Seminário do Capital⁵¹. As leituras realizadas nesse período são

⁵¹ Esse grupo foi criado em 1958, reunindo professores e estudantes da USP, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Fernando Novais e o próprio Francisco Weffort. Os integrantes do Seminário eram críticos ao leninismo, ao trotskismo e ao marxismo soviético, e tinham como objetivo realizar uma nova leitura da obra de Karl Marx que pudesse contribuir para a compreensão dos problemas brasileiros, especialmente os relacionados ao desenvolvimento. Sobre o grupo e sua

evidentes, por exemplo, no fato de o cientista político proceder a uma análise política com um recorte classista do populismo. Além disso, Weffort alinhou seus estudos com as obras de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, o que é nitidamente perceptível em seu artigo *Raízes sociais do populismo em São Paulo*. Nesse trabalho, a “compreensão de sentido” das “formas de legitimidade das relações de dominação” (Weffort, 1965, p. 41) no contexto da relação entre líder e massa no populismo reflete o repertório weberiano. Contudo, essa perspectiva teórica é considerada limitada, pois não revela o conteúdo de classe presente no populismo. Para preencher essa lacuna, Weffort recorreu a autores como Karl Marx, especialmente em sua análise do papel da pequena burguesia na ascensão de Luís Bonaparte na França, e Georg Lukács, com sua interpretação da consciência de classe.

A formação na USP também foi fundamental, pois exigiu um rigor maior em seu trabalho, em comparação à formulação nacionalista do populismo. Além disso, a universidade propiciou suas críticas ao nacional-desenvolvimentismo dos ibespianos e isebianos, assim como ao marxismo do PCB. Segundo o autor, o esgotamento da política de conciliação de classes fomentada pelo populismo desses dois grupos foi um dos fatores que conduziram ao golpe de 1964. A retórica contrária ao populismo entre os intelectuais da USP pode ser constatada na frase de Fernando Henrique Cardoso de que “eu não me sentia, porém, nem animicamente, nem intelectualmente, próximo do João Goulart. O populismo nunca foi um fenômeno muito bem-quisto na USP, e o Jango era para nós o populismo” (Fausto e Sorj, 2010, p. 44).

Dessa forma, *Política de massas* é essencial para a construção teórica de Weffort sobre o populismo. No entanto, como observa Rafael Tauil, “ainda não há nesta obra uma preocupação com a acuidade na formulação do conceito de populismo, tampouco uma interlocução com os autores latino-americanos que vinham teorizando sobre essa temática” (Tauil, 2018, p. 62). Essas lacunas somente foram preenchidas nos próximos artigos do autor.

3.2.2 ESTADO E MASSAS NO BRASIL

importância na formação de Weffort cf. TAUIL, Rafael. Da crítica do populismo à vida pública - Considerações acerca da trajetória intelectual de Francisco Weffort. **Perspectivas**, São Paulo, v. 51, p. 59-97, jan./jun. 2018.

No capítulo *Estado e massas no Brasil*, originalmente publicado em 1965 na *Revista Civilização Brasileira*, e posteriormente incorporada como o segundo capítulo de *O populismo na política brasileira*, Weffort continua sua análise do populismo, demonstrando qual configuração de Estado permitiu a existência desse fenômeno.

Neste artigo, o cientista político mantém suas críticas ao nacionalismo e reafirma sua interpretação de que o populismo é um fenômeno resultado de uma transformação da sociedade brasileira iniciada com a chamada Revolução de 30. Nesse cenário, teria se configurado uma tendência de desmantelamento do Estado oligárquico e a criação de um Estado democrático, respaldado pelas camadas urbanas e por grupos vinculados à industrialização. Com base nas ideias de Gino Germani, Weffort argumenta que, após esse evento, ocorreu uma transição de uma "democracia de participação restrita" para uma "democracia de participação expandida" (Weffort, 2022, p. 49).

Além de Germani, o autor recorre às ideias de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Alain Touraine, a fim de proceder à caracterização do tipo de Estado que emerge após 1930. Com base na análise de Furtado, Weffort conclui que a decadência da economia cafeeira não teve como consequência uma disputa explícita entre os interesses agrários tradicionais e os interesses industriais, mas, na verdade, teria ocorrido uma "solução de compromisso" (Weffort, 2022, p. 51). O conceito de solução de compromisso é fundamental para a formulação do autor sobre o populismo, sendo aquele caracterizado por uma situação em que nenhum grupo social participante do episódio de 1930 – classes médias, setores vinculados aos interesses cafeeiros e setores menos relacionados à exportação – podia assumir, de maneira exclusiva, o poder político. Nesse contexto, o Estado poderia ser definido como "um órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano" (Weffort, 2022, p. 53). Dessa forma, esse órgão ganha uma relativa autonomia em relação às classes dominantes, passando a exercer o papel de árbitro nas disputas desses setores. Apesar dessa configuração, nenhum desses grupos poderia garantir a legitimidade do Estado, o que somente pode ser encontrado nas massas populares urbanas, um novo ator político que passou a exercer uma função cada vez mais relevante na experiência democrática a partir de 1945. Assim:

O Estado encontrará, assim, condições de se abrir a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Não é também o

Estado tal como se forma na tradição ocidental. É um certo tipo de Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular (Weffort, 2022, p. 56).

No contexto da chamada Era Varga, o Estado conseguiu se impor de forma soberana aos diversos setores da sociedade, adquirindo legitimidade por meio da “manipulação” tanto das massas quanto dos grupos econômicos a partir de “doações”, assumindo papel de “manipulador”, “doador” e “árbitro” (Weffort, 2022, p. 56). Com a implementação do regime democrático, descrito pelo autor como uma “*democratisation par voie autoritaire*” (Weffort, 2022, p. 57, grifos do autor), com base na caracterização de Alain Touraine, esse quadro não teria se alterado substancialmente, pois “a jovem democracia brasileira terá como fundamento massa e, como chefes, os líderes populistas” (Weffort, 2022, p. 57). Nessa situação de compromisso e de massa, pode surgir o líder populista, que se coloca acima de partidos, sindicatos e outras instituições intermediadoras da política, as quais, na verdade, funcionam antes como anexos do próprio Estado, e passa a exercer um contato direto com as camadas populares reunidas em massa.

Para Weffort, no Brasil, assim como em outros países subdesenvolvidos, o processo de massificação é considerado “premature” ou “antecipado” (Weffort, 2022, p. 59), ocorrido como resultado da urbanização, quando parte da população rural, tida como desprovida de tradições de classe, migra para as grandes cidades. Isso significa que diferentemente do contexto Europeu, onde havia consciência de classe e suas tradições classistas foram apenas dissolvidas com o aumento do consumo, as massas brasileiras são definidas não pela abundância, mas pela falta. Assim, as grandes cidades se tornam o local privilegiado para o surgimento das lideranças populistas, pois é onde se concentram grandes contingentes populacionais disponíveis politicamente. A “situação de massa” desses setores impede a formação de uma consciência de classe, embora ainda existam posições de classe. Nesse contexto, a pressão popular se impõe sobre o Estado na forma de insatisfação, a qual é manipulada pelos líderes populistas, ainda que essa manipulação seja limitada por as referidas posições de classe e pela necessidade de, de algum modo, satisfazê-las. Dessa forma, o cientista político percebe uma continuação das condições estruturais do pós-1930 no período democrático. Para ele:

Todos os grupos, inclusive as massas populares mobilizadas, participam direta ou indiretamente do poder; não obstante, como nenhum deles possui a hegemonia, todos o veem como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas (Weffort, 2022, p. 62).

Nessa conjuntura de crise de hegemonia, as massas populares aparecem como base de legitimidade para o líder populista e, por extensão, para o Estado, servindo como “massa de manobra” (Weffort, 2022, p. 63), enquanto perdurar o compromisso entre os grupos dominantes. Tal compromisso começa a se esgotar a partir da renúncia de Jânio de Quadros, em 1961, quando todos esperam uma solução do Estado, o qual se encontra paralisado à medida que os problemas estruturais desgastam as possibilidades de compromisso. Nesse cenário, também há o entendimento de que “o populismo, por meio da manipulação, continue atuando como agente dinamizador da estrutura política; assim, a pressão popular se torna cada vez mais ideológica, alterando-se deste modo o esquema tradicional de manipulação” (Weffort, 2022, p. 64). Com isso, o nacionalismo, que era importante desde o governo Kubitschek, continua a ocultar as diferenças de classe e a apresentar o Estado como um mito. Da perspectiva da esquerda, esperava-se que tal órgão impedisse a reação dos conservadores, enquanto, do lado da direita, a mitificação do Estado era vista como um sinal de que ele era revolucionário, o que gerou oposição a ele.

O esgotamento final do populismo ocorre com o golpe militar, quando o Estado de compromisso se desfaz e a manipulação das massas também entra em crise. Assim, a conclusão de Weffort é que, com o golpe de 1964, “chega ao fim, com a ascensão dos militares, o processo de democratização do Estado por meio do populismo” (Weffort, 2022, p. 65).

Dessa forma, o cientista político procurou aprofundar o conceito de populismo por meio da investigação das configurações de Estado que possibilitaram o surgimento desse fenômeno na política brasileira, complexificando a “camada” conceitual formulada por ele. Em vez de dialogar com os intelectuais nacionalistas, que, no momento desse artigo, eram “passado”⁵², Weffort realiza uma inovação importante em sua compreensão do populismo ao estabelecer interlocuções com autores como Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado. A partir dos dois últimos, o politólogo incorpora aspectos histórico-estruturais da sociedade brasileira em sua análise, o que resulta na definição do populismo como “resultado político de uma industrialização *estruturalmente* dependente” (Mussi; Kaysel, 2020, p. 7, grifos dos autores).

⁵² Os artigos *Política de Massas* e *Raízes sociais do populismo em São Paulo*, foram escritos antes do golpe de 1964, quando os nacionalistas eram grandes forças do campo de esquerda/progressista, o que explica as críticas mais contundentes de Weffort a esse grupo. Por outro lado, *Estado e massas no Brasil* foi escrito após a ruptura democrática, momento em que os nacionalistas deixaram de ser adversários políticos e, em certo sentido, se tornaram um objeto de estudos do passado.

Nesse sentido, a decadência do regime oligárquico teria possibilitado a criação das condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. Contudo, após a Revolução de 1930, foi necessária uma nova configuração de Estado, que Weffort designará como Estado de compromisso, ou seja, uma situação em que nenhum setor de classe consegue impor sua hegemonia. Essa “perspectiva teórica de sabor gramsciano” (Gomes, 2001, p. 33) representa uma inovação na elaboração do cientista político sobre o populismo, ao descrever com mais clareza as condições históricas que permitiram o surgimento do fenômeno. Em consonância com a noção de Estado de compromisso, Weffort analisa o papel das massas populares na nova arquitetura estatal, afirmando que “aparece, assim, o ‘fantasma do povo’ na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos” (Weffort, 2022, p. 55).

Além disso, a entrada do cientista político na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), em 1964, por indicação de Fernando Henrique Cardoso, também tem impactos importantes na produção do artigo, pois é nesse ambiente que Weffort entrou em contato com autores como o sociólogo ítalo-argentino Gino Germani. O diálogo com esse estudioso foi particularmente significativo, pois ele foi um dos primeiros a estudar o populismo na América Latina. Para Germani, esse fenômeno é resultado da “transição” de uma sociedade tradicional e agrária para uma sociedade capitalista moderna, sendo o populismo resultado dessa assincronia e contradição (Prado, 1981). É importante ressaltar que esse autor é tributário da teoria da modernização e adota o modelo europeu como referência de democratização e incorporação dos setores populares na sociedade. A aproximação de Weffort com Germani denota que “a teoria da modernização, portanto, é central nas análises de Weffort” (Ferreira, 2001, p.75), embora ele não se limite a esse aparato teórico.

Apesar da maior estruturação conceitual, o politólogo pouco aprofunda o papel dos setores populares, descrevendo-os a partir de uma perspectiva negativa de passividade social e sugerindo uma manipulação praticamente total do líder populista sobre esses grupos.

3.2.3 O POPULISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Francisco Weffort encerra a primeira parte da sua obra com o artigo mais proeminente entre os três analisados. Em *O populismo na política brasileira*, o populismo é considerado um fenômeno complexo que se manifesta de diversas maneiras, muitas vezes contraditórias. Tentar encontrar pontos comuns a todas as suas expressões políticas poderia levar ao entendimento de que o populismo seria apenas uma estratégia de líderes conquistarem apoio e votos por meio de manipulação de massas. Essa interpretação costuma ser compartilhada por liberais e por parte das esquerdas. No entanto, para o cientista político, o populismo, embora seja constituído pela manipulação, esta não é absoluta. Na verdade, esse fenômeno:

Foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento urbano e industrial. Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerceram seu domínio, mas foi também uma das maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambiguidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder (Weffort, 2022, p. 71).

Com base nisso, Weffort concebe que o populismo só pode ser compreendido a partir de uma análise das condições históricas que possibilitaram seu surgimento. O marco desse processo é a chamada Revolução de 1930, momento em que a hegemonia dos grupos oligárquicos mais ligados à economia exportação entra em crise. O movimento que impetrou o golpe de Estado, representado pela Aliança Liberal, era constituído basicamente por setores das classes médias, grupos burgueses ligados à industrialização e setores oligárquicos dissidentes. Com a derrubada da burguesia cafeeira, abre-se uma espécie de “vazio político”, em que nenhuma classe tem condições de assumir o poder de forma exclusiva. Nesse contexto de crise de hegemonia, o novo governo é formado a partir de uma “aliança tácita” dos grupos supracitados, resultando em “compromissos” e “conciliações” entre interesses e grupos frequentemente contraditórios (Weffort, 2022, p. 77). Essa estrutura política é descrita pelo autor como um “Estado de compromisso”, que é simultaneamente um “Estado de massas”, resultado da “crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular” (Weffort, 2022, p. 79). Nessa conjuntura, as massas populares, que já exerciam pressão sobre o governo desde a chamada Primeira República, tornam-se a única base de legitimidade para esse novo Estado.

É nesse contexto que algumas características relevantes do populismo começam a se expressar:

A personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade de participação das massas populares urbanas. Nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro e aí está uma das raízes de sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro, sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio estado como instituição, pois ambos tendem a distanciar-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância representam (Weffort, 2022, p. 78, grifos do autor).

O grande representante dessa tendência é Getúlio Vargas, que consegue conciliar interesses conflitantes sem se submeter exclusivamente a nenhum grupo. No entanto, essa situação é instável, pois depende, por um lado, da possibilidade de compromisso entre os grupos dominantes e da capacidade do líder populista de conciliação, e, por outro, da manipulação sobre os setores populares, a qual é limitada. Sobre esse aspecto Weffort considera que a “tradição europeia de luta de classes” não é adequada para a explicação da realidade brasileira, visto que, devido à heterogeneidade dessas classes, não se pode falar em consciência de interesses comuns, sendo todas as classes sociais do pós-1930 “politicamente passivas” (Weffort, 2022, p. 80), o que leva à necessidade de um líder que atua como árbitro. Com base nisso, o autor busca compreender o papel e as relações desempenhadas pelas classes populares na nova configuração social. Para ele, essas relações dos setores populares ocorrem de maneira individualizada, não ficando explícito o conteúdo de classe, o que o leva a falar em “relações individuais de classe” (Weffort, 2022, p. 81). É, dessa forma:

Nesse nível de relações individuais que convém estudar o populismo, se se quer entender sua significação como manipulação e política de classe. É a partir dessa perspectiva que convém discutir o problema de saber até que ponto os interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes populistas, e até que ponto elas serviram passivamente de “massa de manobra” para os grupos dominantes (Weffort, 2022, p. 81).

De acordo com o autor, a legislação trabalhista implementada por Getúlio Vargas durante seus 15 anos de governo é apresentada como uma forma de “doação” às massas populares urbanas, que constituíam o grande grupo de pressão sobre o Estado, em contraste com os trabalhadores rurais, que ficaram à margem dessas leis. Nesse contexto, estabelece-se uma relação ambígua: por um lado, Vargas pode se consolidar como líder populista, manipular as massas e se apresentar como “doador” e protetor”; por outro, a legislação trabalhista passa a ser um direito

por meio da qual o “cidadão” reivindica “seus direitos” (Weffort, 2022, p. 82). A dimensão classista também está presente nessa relação, contudo, “no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relações entre indivíduos” (Weffort, 2022, p.83). Em relação às ideias de manipulação e de passividade popular, o cientista político afasta-se das posições liberais e de parte da esquerda ao matizar tais noções. Para ele:

A imagem, se não o conceito, mais adequada para entendermos as relações entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma aliança (tácita) entre os setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente a hegemonia encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidade de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil (Weffort, 2022, p. 85).

Após o início do período democrático, as massas populares se tornam atores sociais de extrema importância, podendo agir com uma liberdade relativa sobre a política. Nesse momento, o populismo deixa de ser uma exclusividade de Vargas – ainda que ele se mantenha “o grande chefe do populismo” (Weffort, 2022, p.85) –, expressando-se em praticamente todos os presidentes do período, com exceção de Eurico Gaspar Dutra. No contexto democrático, mantém-se a situação de compromisso do período anterior, contudo, agora há embates mais explícitos dentro do compromisso, que entra em crise.

Além disso, com o passar do tempo, a economia urbana e industrializada se revela incapaz de incorporar os migrantes do campo, bem como o redistributivismo econômico se exaure (Weffort, 2022, p. 85). A instabilidade também ocorre no campo político, visto que as diversas tentativas de golpes de Estado⁵³ do período são um mecanismo das direitas para “reparar sua perda de importância eleitoral e para neutralizar os mecanismos institucionais que abrem passo à pressão popular” (Weffort, 2022, p. 86). Essa pressão se expressa, por exemplo, nas greves de trabalhadores urbanos e nas mobilizações camponesas, que, embora atuem na lógica populista e sejam dependentes dela, pressionam cada vez mais o Estado. No governo de João Goulart, o esquema populista manteve-se, e a crise se intensificou quando

⁵³ Weffort cita como eventos relevantes para a instabilidade política a tentativa de impugnação da posse de Getúlio Vargas em 1951, a crise de 1954, que culminou com o suicídio desse político, a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a consequente tentativa de impedir a posse de João Goulart.

“ao pretender entrar pelo caminho das reformas de estrutura, Goulart provocou a crise do ‘regime populista’” (Weffort, 2022, p. 87). Assim, o diagnóstico do cientista político é que o populismo possuía uma instabilidade congênita. A conjugação das questões econômicas, políticas e da crescente mobilização das massas não parece encontrar soluções que não sejam radicais, e afirma:

O grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu, assim, condenado por todas as forças que o compunham. Condenado pela direita e pelas classes médias que se aterrorizavam ante a pressão popular crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sobre a reforma agrária e com a mobilização das massas rurais pela burguesia industrial, temerosa também da pressão popular e já vinculada por alguns de seus setores mais importantes aos interesses estrangeiros. E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas essas forças, como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas (Weffort, 2022, p. 88).

Dessa forma, a instabilidade e o esgotamento das condições que permitiram o surgimento do populismo e a manipulação das massas levaram a uma solução radical por parte das direitas, representada pelo golpe civil-militar de 1964.

No artigo *O populismo na política brasileira*, Weffort propõe uma conceituação mais robusta do fenômeno, mantendo parte do argumento presente em outros textos, mas também aprofundando e modificando algumas de suas proposições. A partir da ideia de um Estado de compromisso e da noção de uma crise de hegemonia, ocorrida após a queda do regime oligárquico, o autor busca analisar, de maneira mais detalhada, o papel das classes populares na nova configuração estatal. Em relação a essas camadas sociais, a percepção do cientista político, conforme já sugerido em seu artigo anterior, é que elas atuaram como “massa de manobra”, manipuladas por líderes populistas. No entanto, a grande novidade desse texto está na compreensão de que a categoria “manipulação” deve ser vista com mais nuance, pois o populismo aparece tanto como uma forma de incorporação controlada e cooptada das massas quanto como uma expressão das insatisfações populares, que, em certos momentos, ameaçavam o domínio das elites. Nesse contexto, o golpe civil-militar de 1964 é interpretado como um mecanismo de exclusão da sociedade civil, particularmente das classes populares.

Nesse sentido, o conceito de populismo em Weffort representa um novo “estrato temporal”. Sem dúvidas, há pontos de convergência entre as concepções de Weffort e do IBESP, já que ambos entendem o fenômeno populista como decorrente de mudanças na sociedade brasileira do pós-1930, quando, a partir de uma crise de

hegemonia, um líder carismático surge para guiar o processo político e conciliar interesses. No entanto, o politólogo traz inovações ao detalhar os processos que permitiram a ascensão do populismo, além de refletir sobre o papel dos setores populares na sociedade. Embora essas camadas sociais tenham sido manipuladas, Weffort argumenta que essa manipulação não foi total, e ela começou a ruir quando as massas passaram a agir fora dos limites do esquema populista.

Essa formulação, certamente inovadora e paradigmática para o estudo do populismo nas ciências sociais brasileiras, não deixou de ser alvo de críticas. Ainda que Weffort se opusesse às explicações do fenômeno populista que partiam de paradigmas de teor estrutural, como a do IBESP, e priorizasse a análise dos atores políticos (Gomes, 2001), o cientista político defendeu a perspectiva de que o golpe de 1964 tinha causas estruturais que limitavam a atuação dos grupos sociais. Nesse sentido, embora tenha chamado atenção para o papel das classes populares, seu entendimento sobre elas é marcado pela ideia de que elas careciam de autonomia por não possuírem “consciência de classe” e estarem ligadas ao Estado. Aliás, essa perspectiva negativa em relação ao populismo, bem como aos sindicatos e movimentos populares que atuavam sob sua lógica, levou-o, na década de 1980, a entrar no Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi secretário-geral. Para Weffort, esse partido representava o “novo sindicalismo”, em oposição ao “velho sindicalismo” pelego e corporativista.

3.3 O POPULISMO CONTESTADO: A INVENÇÃO DO TRABALHISMO

Com base nos estudos de Weffort, o populismo consolidou-se enquanto um construto acadêmico para explicar e caracterizar um período da história brasileira. Apesar da força desse conceito, ele passou a ser alvo de críticas, especialmente a partir da década de 1980, por parte de autores defensores do chamado pacto trabalhista. Entre os principais expoentes dessa linha de pensamento estão Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho. Esses três historiadores expuseram suas críticas ao conceito de populismo na obra *O populismo e sua história*.

Em sua análise da formulação ibespiana, Ângela Gomes critica o fato de que, para esses intelectuais, o populismo é descrito como uma “política de massas” vinculada “à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento

de classe” (Gomes, 2001, pp. 24-25). A solução, segundo essa perspectiva, portanto, seria a obtenção da verdadeira consciência de classe pelos trabalhadores.

Quanto à teorização de Weffort, Gomes aponta que a noção de “manipulação populista” proposta por ele é problemática. A historiadora observa que, segundo Weffort, o populismo é simultaneamente uma forma de controle estatal e uma maneira de atender às demandas das classes populares, sugerindo até que se trata de uma aliança tácita. Contudo, Gomes critica essa visão, pois, para ela, a ideia de manipulação cria uma leitura em que o Estado é concebido como forte e ativo, enquanto as classes populares são vistas como fracas e passivas, sem capacidade de impulso próprio, dado que não estão organizadas como classe (Gomes, 2001, p. 34-35). Além disso, Weffort, com uma perspectiva teleológica, interpreta o golpe de 1964 como resultado das dificuldades estruturais pós-1930, especificamente a crise da manipulação das classes populares, que, ao ganharem autonomia, causaram o esgotamento do regime populista. Para Weffort, o regime populista seria uma “democracia incompleta” que não se transformou em uma democracia parlamentar plena (Gomes, 2001, p. 38).

Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho também criticam a noção de populismo, considerando-a inadequada para entender o processo histórico e as relações sociais entre o Estado e a classe trabalhadora. Ferreira, após examinar as formulações de Gino Germani, do IBESP e de Francisco Weffort, argumenta que os conceitos de “atraso”, “desvio” e “manipulação” são inadequados para compreender essas relações (Ferreira, 2001, p. 67). Ele destaca que “a noção de ‘populismo’ tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e, como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco” (Ferreira, 2001, p. 13). Para Reis Filho, o populismo se transformou em uma arma política, sendo utilizado para rotular negativamente uma série de características políticas, como “demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo” (Filho, 2001, p. 347). Essa categoria também serviu para apagar e estigmatizar a chamada “tradição trabalhista”, uma crítica que é compartilhada pelos três historiadores.

A tese da historiadora e cientista política Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, é uma das grandes obras críticas ao conceito de populismo, ainda que este não seja abordado diretamente ao longo desse trabalho. O objetivo da autora foi investigar “o processo histórico de construção da identidade coletiva da classe

trabalhadora no Brasil para compreender melhor as razões do sucesso do projeto trabalhista que marca a cultura política deste país até hoje” (Gomes, 2005, p. 24). Nesse sentido, Gomes pretende desenvolver uma interpretação do processo de incorporação da referida classe à sociedade como um ator político fundamental. A autora buscou se contrapor às explicações que sustentavam que, durante a chamada Primeira República, havia uma classe trabalhadora construindo uma identidade autonomamente, entretanto, no pós-1930, com a intervenção estatal nesse processo, ocorreu um “desvio” na formação desse grupo. Além disso, contrariando algumas explicações, a historiadora percebe continuidades e rupturas entre o período anterior e o período posterior a 1930. Assim, a autora rejeitou o conceito de populismo como uma categoria analítica e explicativa, tanto na formulação ibespiana quanto na weffortiana.

Para a cientista política, em termos simplificados, o pacto entre Estado e classe trabalhadora não seguiu apenas uma lógica material ou utilitária, ou seja, os trabalhadores não aceitaram a legislação social apenas a partir de um raciocínio utilitário de tipo olsoniano, baseado em um balanço entre custos e benefícios materiais. Reconhecendo essa dimensão, a autora ressalta, contudo, a lógica simbólica presente no discurso trabalhista. Esse pacto foi responsável pela construção da identidade da classe trabalhadora – entendida não de maneira homogênea, mas plural – por meio da articulação de diversos discursos em dois momentos principais. O primeiro deles, no contexto da denominada Primeira República, é liderado pelos trabalhadores, especialmente pelos movimentos socialistas, anarquistas e comunistas. O segundo momento ocorre no pós-1930, ocorre quando o Estado passa a articular essa identidade com vistas a um projeto político. Nesse sentido, o Estado se apropria e ressignifica as reivindicações e os discursos operários, apresentando a política social “não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade” (Gomes, 2005, p.180).

Nessa interpretação, o período entre 1930 e 1945 não é visto como um bloco coeso, pois é marcado por marchas e contramarchas. O Estado Novo é destacado por ter sido o momento em que se constrói a imagem de Vargas como grande estadista e “pai dos pobres”, sendo o ano de 1942 particularmente significativo, pois representa um momento de inflexão já no contexto do Estado Novo. É nesse período que Alexandre Marcondes Filho tomou posse no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e teve início o programa *Hora do Brasil*, cuja produção foi realizada pelo

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a irradiação pela Rádio Nacional. O ministro realizava palestras com a finalidade de divulgar a legislação trabalhista e a política social do Estado Novo, sendo que “os textos eram escritos para serem ouvidos e sugeriam a contiguidade entre o emissor e os receptores” (Gomes, 2005, p. 216). Nas palestras, Vargas era apresentado como possuindo clarividência e sensibilidade e, assim, ele pôde antecipar a legislação trabalhista devido à sua conexão com os trabalhadores. A aproximação com a população também foi tentada com a criação do tempo festivo, especialmente o Dia do Trabalho e os aniversários do Estado Novo e de Getúlio Vargas.

Articulando conhecimentos da História, Ciência Política e da Antropologia, Gomes demonstra a lógica por meio da qual se construiu o pacto entre Estado e trabalhadores. O discurso formulado ao longo do Estado Novo apresentava Vargas, devido à sua clarividência e sensibilidade, como alguém que “outorgou” a legislação social, instaurando a chamada “ideologia da outorga” (Gomes, 2005, p. 227). Com base nas reflexões dos antropólogos Marcel Mauss e Marshall Sahlins, a cientista política identifica uma lógica simbólica na relação entre o Estado (e seu líder, Vargas) e as classes trabalhadoras. A partir da noção de “dádiva”, estrutura-se a lógica do “dar-receber-retribuir”. Nesse contexto, a “doação” possui uma dimensão voluntária, mas também apresenta uma face obrigatória, pois, ao mesmo tempo em que se apresenta desinteressada, a ausência do ato de doar pode acarretar algum tipo de responsabilização por parte de quem deveria doar. Essa relação é bilateral e o beneficiário “precisa” aceitar a doação. Por fim, é necessário retribuir, o que cria uma relação de obrigação para com o doador (Gomes, 2005, pp. 227-230).

No caso brasileiro, Vargas, com sua clarividência e entendimento do “povo”, “outorgou” a legislação social. Ao receber a “dádiva”, esse povo criou uma obrigação moral perante o presidente. A retribuição deveria ocorrer por meio da obediência ao líder e mesmo com sacrifícios – como quando devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra os direitos trabalhistas foram suspensos. Dessa forma:

O Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chave da autoimagem dos trabalhadores e articula demandas, valores e desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto (Gomes, 2005, p. 180).

Dessa forma, o pacto trabalhista surgiu como uma nova forma de conceber as relações entre Estado (e líder) e classe trabalhadora. A própria designação de pacto, embora presente na formulação de Weffort, não é aprofundada e “procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente” (Gomes, 2001, p. 47).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o trabalhismo não somente representou uma inovação conceitual, mas também uma tentativa de ruptura com a categoria de populismo. Essa perspectiva teórica buscou aprofundar a compreensão do papel da classe trabalhadora na história do Brasil, bem como o processo por meio do qual foi possível a construção de sua identidade coletiva, aspecto ignorado no ensaio do IBESP e pouco explorado nos estudos de Weffort. Ao recusar a ideia de manipulação dos trabalhadores e a noção de uma verdadeira consciência de classe, o trabalhismo dialogou com novas perspectivas teóricas das ciências sociais brasileiras. Esses referenciais, que emergiram no final da década de 1970 e início da década de 1980, ocorreram em um contexto de redemocratização e renovação dos movimentos sociais no Brasil. Esse período também marcou uma crise dos paradigmas totalizadores, como os funcionalistas, estruturalistas e marxistas, que haviam predominado nas análises sobre o movimento operário até aquele momento (Gomes, 2001, p. 43). A perspectiva gramsciana passou a coexistir com análises teóricas renovadas, como os estudos de Edward Thompson⁵⁴ e as abordagens da História Cultural⁵⁵. Nesse sentido, apesar da recusa ao conceito de populismo, as críticas dos autores do trabalhismo representaram uma renovação significativa nos novos referenciais e conteúdo que seriam assumidos pelo conceito.

⁵⁴ Edward Palmer Thompson foi um historiador marxista inglês conhecido por, entre outras obras, o livro *A formação da classe operária inglesa*, onde defende uma concepção de formação de classe menos teleológica. Para ele, as lutas das classes precedem a existência das mesmas e é nesse processo que elas se percebem como uma coletividade com interesses comuns. Nesse sentido, ele rompe com a perspectiva linear que concebe a consciência de classe somente a partir da posição que os sujeitos ocupam na estrutura produtiva. Assim, pode-se afirmar que a classe não “é”, mas “se faz”.

⁵⁵ O enfoque da História Cultural, com autores como Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Robert Darnton permitiu uma leitura mais atenta da ideia de “culturas dominantes”. Para essa perspectiva, embora as denominadas culturas dominantes existam e se imponham aos dominados, não há por que acreditar que elas sejam impostas, sem mediação, unidirecionalmente de cima para baixo. Dessa maneira, Ângela de Castro Gomes observa que nas relações entre trabalhadores e Estado havia “um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las” (Gomes, 2001, p. 46).

3.4 O POPULISMO RENOVADO

A partir da década de 1980, o conceito de populismo passou por diversas críticas no âmbito acadêmico. Por um lado, os teóricos do trabalhismo rejeitaram a categoria, considerando-a imprecisa, a-histórica e carregada de conotações negativas. Por outro lado, houve aqueles que reafirmaram a pertinência do termo, embora com diversas modificações. No caso dos estudos da chamada Quarta República, autores como Alexandre Fortes, Adriano Duarte e Paulo Fonte consideraram que a ideia de pacto trabalhista se adequava melhor ao Rio de Janeiro, enquanto o populismo era mais compatível, por exemplo, com a realidade paulista⁵⁶.

Para Alexandre Fortes (2004, p. 567), por exemplo, substituir populismo por trabalhismo pode significar trocar o estigma de uma categoria pela apologia da outra, além de que se pode “estar mantendo, ou até mesmo aprofundando o equívoco de tentar explicar elementos diferentes de um mesmo momento histórico por um único termo”. Seguindo os argumentos desse historiador, Adriano Duarte e Paulo Fonte, ao estudarem os fenômenos do ademarismo e do janismo na periferia da cidade de São Paulo, sustentam que:

A ênfase isolada no aspecto trabalhista das relações políticas e sociais obscurece outras dimensões centrais da experiência dos trabalhadores naquele período e, de certa forma, repõe uma análise de classe exclusivamente voltada para as relações de trabalho e o mundo sindical. A dimensão urbana, por exemplo, aspecto vital na vida dos trabalhadores, particularmente nas cidades com grande expansão industrial naqueles anos, acaba negligenciada. Portanto, parece-nos impossível entender as relações políticas e sociais de então sem considerá-las e mais, sem relacioná-la com outras dimensões da sociabilidade coletiva, incluindo, é claro, a essencial questão das relações trabalhistas e sindicais (Duarte; Fontes, 2010, p. 116).

Nesse sentido, os autores defendem que as atuações de Adhemar de Barros e de Jânio Quadros, embora mantivessem um certo diálogo com o trabalhismo, passaram ao largo do pacto trabalhista, mesmo porque o PTB paulista era fraco e fragmentado. Ambas as lideranças estabeleceram uma aproximação com as associações populares de bairro, reconhecendo os problemas urbanos enfrentados pelos moradores, os quais, em contrapartida, votavam nessas lideranças não por subordinação, mas como uma forma de retribuição por um benefício conquistado.

⁵⁶ Sobre o tema cf. FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Caxias do Sul: EDUSC; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.; DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). Cadernos AEL, [S. l.], v. 11, n. 20/21, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2534>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Assim, o populismo passa a ser entendido como “uma conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva” (Duarte; Fontes, 2010, p. 117).

Nesse sentido, esses autores apresentaram uma renovação conceitual do populismo ao concordarem com as críticas dos teóricos do trabalhismo, mas não com seus diagnósticos, ou seja, a recusa da categoria. Ao realizarem uma releitura de Edward Thompson e considerarem que os estudos dele não eram incompatíveis com a ideia de populismo⁵⁷, esses acadêmicos, na verdade, defendem que “trabalhismo” é um conceito limitado para descrever a realidade de outras partes do Brasil, por exemplo, o estado de São Paulo. Nesse sentido, os autores retomaram e dialogaram, tanto diacronicamente quanto sincronicamente, com a formulação de Francisco Weffort e sua noção de “pacto populista”. Por um lado, a ideia de pacto populista foi retomada do autor como sendo a mais apropriada para analisar os fenômenos do ademarismo e janismo na periferia paulista; por outro, a perspectiva de uma classe trabalhadora manipulada por um líder carismático, atuando independentemente de seu partido, foi abandonada.

O conceito, entretanto, não se restringiu ao estudo da realidade brasileira entre 1930 e 1964, como era o foco dos trabalhos até a década de 1980. Conforme exposto anteriormente, Francisco Weffort, por exemplo, defendia que o golpe civil-militar de 1964 constituía o colapso do populismo. No entanto, o conceito continuou a circular na sociedade brasileira, especialmente na imprensa, mas também em trabalhos acadêmicos. Com a eleição para presidência de Fernando Collor de Mello, um político carismático, moralista, autoritário e contrário à política tradicional, o populismo retornou ao centro das discussões. Além de Collor, vários outros líderes latino-americanos que defendiam pautas neoliberais, como Carlos Menem e Alberto Fujimori, foram identificados com essa categoria.

Após a ascensão de líderes neoliberais, o final da década de 1990 e os anos 2000 foram marcados pela chamada “onda rosa”, um período em que novas lideranças de esquerda, críticas ao modelo neoliberal, chegaram ao poder na América Latina. Diversas dessas lideranças foram rotuladas como populistas devido ao

⁵⁷ Sobre a perspectiva de Thomson sobre a classe trabalhadora não ser incompatível com o conceito de populismo cf. FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.

personalismo político e à retórica que colocava os menos favorecidos em oposição às elites políticas e econômicas, como os exemplos de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e Evo Morales na Bolívia. A partir de meados da década de 2010, na esteira das crises do capitalismo global, a “onda rosa” foi substituída por políticos de direita e pela ascensão de uma nova direita antissistêmica e popular não apenas na América Latina, mas também em várias regiões do mundo. No caso brasileiro, recentemente, lideranças de esquerda como Luiz Inácio Lula da Silva e de direita como Jair Messias Bolsonaro vêm sendo enquadradas como populistas.

Partindo dessa questão, os cientistas políticos Thomás Zicman de Barros e Miguel Lago (2022) procuraram estudar esse fenômeno na política brasileira contemporânea. Incomodados com a imprecisão e com o caráter pejorativo do conceito, os autores realizaram uma investigação dos usos do conceito, tanto no âmbito acadêmico quanto na imprensa, com o objetivo de fornecer uma caracterização mais precisa e menos pejorativa da categoria, além de entender em que medida Lula e Bolsonaro podem ser considerados populistas. Adotando uma interpretação próxima das abordagens de Ernesto Laclau⁵⁸, para os autores, o populismo não é, por si só, negativo nem positivo, sendo apenas “uma maneira de construir o “povo” como sujeito político” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 83). Além disso, para eles, a pergunta a ser feita não é se um discurso, político ou movimento é ou não populista, mas sim em que grau se trata de populismo. De acordo com os cientistas políticos, esse fenômeno é definido a partir de três características:

(1) o populismo envolve um discurso que opõe o “povo” às “elites”, os “de baixo” contra os “de cima”; (2) o populismo é esteticamente transgressivo, irreverente e culturalmente “popular”; e (3) o populismo é uma força capaz de transformar instituições. Além disso, entendemos que não há um determinismo que explique as “causas” do populismo. Os três traços que definem movimentos populistas podem surgir nos mais diversos contextos, apelando aos mais diferentes públicos, porque se relacionam com uma vulnerabilidade que afeta todos nós (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 21).

Nesse sentido, o populismo é praticamente esvaziado de conteúdo e se aproxima mais de um discurso ou uma forma de fazer política, podendo ser ou não

⁵⁸ Ernesto Laclau foi um importante teórico político argentino e um dos grandes estudiosos do populismo latino-americano, responsável por uma renovação das perspectivas e abordagens sobre o tema. Laclau (2013) sustenta a ideia de que o populismo é forma de construir identidades coletivas baseada na categoria de “povo” como um “significante vazio”, ou seja, não existiria um “povo” como realidade concreta, mas sim como uma construção discursiva que busca produzir identidades a partir do antagonismo de interesses entre o “povo” e o “outro”. Cf. LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

democrático. Isso se torna evidente quando os autores abordam cada uma das três características elencadas.

Seguindo a abordagem de Laclau, os cientistas políticos consideram que o populismo é uma forma de construir identidades coletivas antagônicas. Existem diferenças tanto entre quem pode ser entendido como “povo” e quem pode ser entendido como “elite”, quanto na maneira pela qual o conflito entre essas duas identidades acontecerá. A definição de “povo” e “elite” tem caráter profundamente político, e não sociológico. Assim, por um lado, o “povo” pode ser o “cidadão de bem” e a “elite” a burocracia estatal, organizações da sociedade civil, a intelectualidade e mesmo o “marxismo cultural”, como no caso do discurso bolsonarista. Por outro lado, os “de baixo” podem ser definidos como os setores marginalizados ou subalternizados, como trabalhadores, negros e mulheres, enquanto os “de cima” são os “poderosos”, como os empresários, o agronegócio e a grande mídia, como é o discurso do lulismo. Ademais, os autores destacam a diferença do conflito entre essas identidades antagônicas, pois enquanto o bolsonarismo pretende uma mobilização política reacionária e antidemocrática, na qual as “elites” são vistas como inimigos a serem exterminados, o lulismo não visa eliminar o “outro”, mas ampliar direitos e incluir os excluídos na sociedade, possuindo, portanto, um sentido democrático e emancipador.

Além dessa característica, o populismo, segundo os autores, também apresenta uma dimensão esteticamente transgressiva. Por “estética” não se entende algo superficial ou um verniz, mas “se refere a tudo o que é sensível, ao que é percebido pelos nossos sentidos. Assim o populismo redefine o que pode e o que não pode ser visto na política” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 92). Nessa análise, os líderes populistas são esteticamente transgressivos ao rejeitar uma forma de fazer política considerada “bem-comportada” ou “elegante” e, nesse sentido, tanto Lula quanto Bolsonaro podem ser considerados populistas, embora existam diferenças importantes em relação às transgressões de ambos. Contudo, essa dimensão não é exclusiva das lideranças, pois, ao criar identidades antagônicas entre o “povo” e a “elite”, o populismo exerce um papel de transgressão ao evidenciar grupos e demandas que antes eram ignoradas. Também, nesse ponto, os cientistas políticos ressaltam diferenças. Por um lado, em alguma medida, Bolsonaro inclui setores excluídos, porém essa inclusão ocorre para reafirmar estruturas de dominação, possuindo, paradoxalmente, um caráter excludente e autoritário. Por outro lado, Lula,

ao incluir setores subalternizados em seus governos, exerceu uma transgressão de sentido democrático.

A terceira característica abordada pelos autores é a de que o populismo é uma força que pode transformar instituições⁵⁹. Tradicionalmente, no “discurso antipopulista” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 94), o fenômeno é associado à imoralidade, impessoalidade, ilegalidade e ineficiência das instituições, bem como ao comportamento antidemocrático. Para os cientistas políticos, no entanto, essa é somente uma das possibilidades de transformações institucionais levadas a cabo pelo populismo, que pode ter um sentido inclusivo e democrático. Nesse sentido, também existe uma divisão entre populismo reacionário e emancipador. No primeiro caso, a transformação ocorre para enfraquecer instituições da democracia liberal, como a Constituição, a separação de poderes e órgãos de fiscalização. No segundo caso, também há transformações institucionais, mas elas ocorrem em um sentido democrático, pois elas visam a incorporação de setores marginalizados e podem questionar a existência de “estruturas de dominação hegemônicas” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 95).

Por fim, os cientistas políticos também discutem quais são as condições que permitem o surgimento do populismo. Eles apontam como causas tradicionalmente elencadas o surgimento das mídias sociais digitais, o déficit democrático em vários países, a massificação, as desigualdades sociais e a complexificação e fragmentação de lutas sociais (Zicman de Barros; Lago, 2022, pp. 97-98). Para os autores, todas essas abordagens têm algo de razão, porém nenhuma delas sozinha consegue abarcar toda a complexidade da realidade. Na verdade, de acordo com eles, “não há nada que determine o surgimento ou não do populismo. Entretanto, se há um conceito que ajuda a nos orientar nessa reflexão é o de vulnerabilidade” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 98). Essa vulnerabilidade pode ser tanto a de grupos historicamente marginalizados, mas também é mais ampla e pode designar a angústia e o sofrimento dos indivíduos em um mundo onde há a perda de certezas.

Portanto, a abordagem de Thomás Zicman de Barros e Miguel Lago insere-se em um contexto contemporâneo no qual o populismo já não é mais pensado enquanto

⁵⁹ Os autores entendem que “ao contrário do que se possa imaginar, as instituições não são apenas entidades com prédios, funcionários e carimbos. Instituições são regras de vida em uma comunidade, e não apenas regras escritas – na verdade, a imensa maioria das instituições se vale de consensos e de acordos tácitos” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 94).

uma categoria historicamente datada, utilizada para descrever e analisar as transformações das sociedades latino-americanas⁶⁰. Durante os anos 1990, com o aparecimento de novas lideranças carismáticas na América Latina, o conceito de “neopopulismo” foi introduzido para designar uma transformação do populismo que, nesse contexto, passou a se aproximar do neoliberalismo, como ocorreu no caso de Collor (Gomes, 2001). Com a crise de 2008 e a crise das democracias liberais ao longo da década de 2010, o conceito de populismo não se limitou a políticos e movimentos neoliberais, mas passou a representar, em certo sentido, a própria erosão democrática. Assim como em sua origem, o populismo permanece, no âmbito acadêmico, um conceito essencialmente em disputa.

A perspectiva de Zicman de Barros e Lago, assim, reflete esse novo contexto de estudos do populismo. Tal abordagem foi particularmente relevante por dialogar com os diversos usos do conceito em diferentes contextos históricos, além de relativizar o caráter pejorativo que o termo costuma carregar, podendo ser mesmo positivo. No entanto, a definição dos cientistas políticos apresenta alguns problemas. O principal deles talvez seja que, mesmo com a articulação das três características, o conceito é descrito de maneira tão elástica que a impressão que os autores transmitem é a de que praticamente qualquer fenômeno político poderia ser classificado como populismo. Nesse sentido, o populismo poderia ser de direita, de esquerda, neoliberal, desenvolvimentista, conservador, liberal, antidemocrático ou democrático. Assim, se tudo é populista, nada é populista. Essa perspectiva também pode ser negativa justamente por colocar projetos tão distintos de sociedade sob uma mesma categoria, embora não seja a intenção dos autores, os quais reconhecem os diferentes projetos populistas⁶¹.

Além disso, a análise dos autores se concentra excessivamente nas chamadas lideranças populistas, especialmente Lula e Bolsonaro, sem abordar outras

⁶⁰ Para uma análise de algumas interpretações contemporâneas do populismo cf. CASSIMIRO, Paulo H. P. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. 1-52, 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.242084>.

⁶¹ A obra dos autores inicia justamente com uma crítica ao uso do conceito de populismo em um outdoor do movimento Livres, com os dizeres “eu quero um Brasil sem covid, sem Bolsonaro, sem Lula e livre do populismo” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 7). Dessa forma, a intenção dos cientistas políticos ao longo do livro foi criticar essa falácia por associação que se utiliza do recurso do *argumentum ad nauseam* (Zicman de Barros e Lago, 2022, p. 14). De fato, como foi exposto, embora Lula e Bolsonaro sejam considerados populistas, os autores não ignoraram a dimensão programática e as diferenças entre as duas lideranças. Apesar disso, pode-se afirmar que essa definição de populismo poderia levar ao erro de desconsiderar as diferenças entre os vários populismos.

expressões do fenômeno ou mesmo diversas questões relacionadas ao “povo”, como os fatores que o levam a apoiar esses líderes e movimentos. Finalmente, a crítica de Paulo Henrique Cassimiro, embora tratando de outros trabalhos, parece se aplicar aos cientistas políticos. Para ele, “o conceito de populismo se apresenta tão heterogêneo que quase toda forma de reivindicação popular por mudanças nos sistemas políticos pode ser caracterizada como sendo sinal de sua manifestação” (CASSIMIRO, 2021, p. 11).

Apesar das possíveis críticas à formulação dos autores sobre o populismo, ela representa uma nova fase nos estudos sobre populismo. Nesse sentido, o fenômeno populista não é mais restringido a uma fase do desenvolvimento latino-americano ou a lideranças carismáticas dessa região, mas insere-se no contexto mais amplo dos estudos de movimentos e lideranças antissistêmicas. Essa reconfiguração conceitual ocorreu devido às crises que têm assolado as democracias desde, pelo menos, meados da década de 2010. Assim, o populismo aparece como uma “chave explicativa de diversos processos sintomáticos da crise [democrática]: nacionalismo, crítica da globalização, discursos excludentes de identidades minoritárias, lideranças carismáticas” (Cassimiro, 2021, p. 1).

Nessa abordagem, alguns elementos das teorias ibespianas e de Weffort, como a ideia de que o líder estabelece uma relação direta com o “povo” sem intermediação, são retomados. No entanto, os autores adotam uma postura crítica em relação a ambas as concepções, em função da idealização das classes populares, tratadas como uma “massa” homogênea, e não como um grupo que precisa ser constantemente construído e reconstruído, tanto pelo líder quanto pelas próprias camadas populares. Além disso, a perspectiva dos cientistas políticos também leva em consideração o aspecto transgressivo e transformador do populismo, que pode assumir múltiplas facetas e se manifestar de formas diversas, conforme as circunstâncias históricas e sociais em que se insere, aspectos laterais para o IBESP e Weffort. Nesse sentido, embora por um referencial distinto, os autores se aproximam da crítica do trabalhismo à concepção de “massas” passivas e sem consciência, no entanto, eles discordam quanto à escolha de abandonar o conceito de populismo. Para eles, ainda que seja uma alternativa válida, ela não é adequada porque:

O viés político de um conceito não é um mal em si mesmo, e porque nenhuma teoria é politicamente neutra. Em segundo lugar, porque o próprio debate sobre o que é populismo ensina muito sobre o que é política. Em terceiro lugar, porque no meio dos jogos de linguagem em que esse termo aparece é

possível capturar alguns elementos constitutivos para uma teoria do populismo (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 86).

4. O POPULISMO É UM CONCEITO OPERACIONALIZÁVEL?

Originalmente, o conceito de populismo foi utilizado para descrever os *narodniks* russos e os membros do *People's Party* nos Estados Unidos, não possuindo, na época, a conotação negativa que frequentemente lhe é atribuída atualmente. Na Rússia, os *narodniks*, cujo termo “narod” significa “povo”, formaram um movimento social que valorizava o camponês como o homem simples e buscava uma modernidade alternativa ao capitalismo (Reis, 2003). Nos Estados Unidos, os populistas defendiam os interesses de pequenos proprietários e agricultores que se opunham a uma modernização que os excluía. Ambos os movimentos, portanto, partilhavam a valorização do campo e uma crítica ao capitalismo (Prado, 1981).

Após esses usos iniciais, os conceitos de populismo e populista caíram em desuso, ressurgindo na imprensa brasileira no final da década de 1940 e início da década de 1950, sendo consagrados como expressões do vocabulário político do país. Um exemplo disso foi a declaração de um repórter do *Jornal Pequeno*, em 1955, que afirmou: “não há mais lugar, no país, para políticos superados, apegados aos moldes antigos. A época é francamente do populismo”⁶².

Apesar disso, ambos os conceitos só passaram a ser teorizados academicamente a partir de 1954, com a formulação dos intelectuais do IBESP. Desde então, diversas foram as concepções do populismo, assumindo, por vezes, facetas contraditórias. Nesse sentido, essa categoria passou a ser, por um lado, rejeitada por alguns acadêmicos, como os teóricos do trabalhismo, e, por outro, continuou a ser empregada por pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Mesmo entre os defensores do conceito, não são raros os questionamentos quanto à pertinência e operacionalidade da categoria.

Como foi possível constatar nos capítulos 2 e 3, populismo é um conceito polissêmico, assumindo múltiplas facetas e definições ao longo do tempo. Sua complexidade de uso decorre do fato de ter sido utilizado tanto como um rótulo para desqualificar adversários quanto como uma categoria analítica, que, frequentemente, carrega uma conotação pejorativa. Nesse sentido, surge a questão: o populismo pode ser, de fato, considerado um conceito? E, caso seja, ele é pertinente e

⁶² PESSOA, Silvio. O austero Nereu e o “novo” Gonzaga. **Jornal Pequeno**, Recife, n. 2, 19 de jan. 1955. Disponível em: [Pequeno Jornal : Jornal Pequeno \(PE\) - 1898 a 1955 - DocReader Web](#). Acesso em: 01 out. 2024.

operacionalizável? Não pretendemos oferecer respostas definitivas a essas indagações, visto que há muito tempo essas questões têm inquietado os acadêmicos, que ainda não conseguem chegar a um consenso sobre o tema. Nosso objetivo, neste capítulo, é apenas suscitar reflexões sobre a natureza conceitual do populismo.

Como mencionado anteriormente, essa categoria se configura como uma das mais imprecisas e amplamente disseminadas nas Ciências Humanas e Sociais, sendo utilizada para classificar lideranças, movimentos e regimes bastante distintos entre si. Por esse motivo, muitos acadêmicos, como os teóricos do trabalhismo, sugeriram o abandono do conceito devido ao seu caráter pejorativo, impreciso e a-histórico. Embora as críticas desses intelectuais sejam de grande relevância, concordamos com a posição de Adriano Duarte, Paulo Fonte, Thomás Zicman de Barros e Miguel Lago, que defendem que a categoria de populismo, quando devidamente mobilizada e definida, pode ser extremamente útil para as Ciências Humanas e Sociais.

Primeiramente, é importante destacar que, como afirmam Canovan (1981) e Mackinnon e Petrone (1998), uma das maiores complexidades relacionadas ao conceito de populismo reside no fato de que ele depende em grande medida das perspectivas dos acadêmicos que estudam esse fenômeno. Assim, é essencial reconhecer os posicionamentos de quem pesquisa o tema, tanto em relação ao fenômeno em questão quanto em relação a temas correlatos como democracia, autoritarismo e participação popular. Além disso, evidentemente, é necessário atentar-se para o contexto histórico de cada formulação.

Outra questão frequentemente levantada pelos críticos do conceito é a observação de que foram raros os movimentos, lideranças e regimes que se autodenominaram como “populistas”, especialmente em razão de seu significado pejorativo. Embora a percepção dos atores sociais sobre si mesmos seja relevante, ela não constitui o único elemento a ser considerado pelo analista. Como salientado por Camila Rocha em seu estudo sobre o liberalismo e a nova direita no Brasil, quando o termo “neoliberalismo” adquiriu uma “carga normativa negativa” após as medidas de Pinochet no Chile, “o termo passou a ser rejeitado como forma de autodescrição, e boa parte dos defensores do livre mercado começou a se autodenominar simplesmente como liberais” (Rocha, 2021, pp. 23-24). Apesar disso, é inegável que os conceitos de neoliberalismo e neoliberal continuam a ser empregados como categorias de análise no campo acadêmico. Igualmente, o caráter pejorativo do termo “fascismo” não impede que seja possível teorizar sobre esse fenômeno. Portanto, o

caráter pejorativo de conceitos como populismo, neoliberalismo e fascismo, bem como a ausência de uma reivindicação explícita, não deveria ser obstáculo para o uso da categoria.

No entanto, é necessário evitar que o populismo seja utilizado como uma categoria de acusação para classificar períodos, fenômenos ou atores políticos, pois essa abordagem seria pouco produtiva e tenderia mais a obscurecer do que a esclarecer o debate. Assim, ainda que a chamada Quarta República tenha sido marcada pelo populismo, isso não deve implicar que se tratou de uma república essencialmente fracassada. Da mesma forma, o conceito não deve ser empregado, na contemporaneidade, com o intuito de equiparar projetos e atores políticos que são essencialmente distintos, tampouco pode se limitar à descrição de características subjetivas ou pessoais de determinadas lideranças.

Finalmente, há a seguinte problemática: o populismo pode ser, de fato, considerado um conceito? De acordo com Ângela de Castro Gomes:

Do ponto de vista conceitual, mesmo considerando-se, como nos ensina Koselleck, que um conceito é uma palavra que concentra uma multiplicidade de significados, sendo sempre polissêmico e abrindo horizontes de análise – ao que o populismo atende; um conceito precisa, igualmente atuar como “limitador” das experiências históricas às quais se aplica, remetendo a certos conteúdos e permitindo algumas interpretações – o que, a meu ver, já não ocorreria com o populismo (Gomes, 2022, p. 2).

Dessa forma, para a historiadora, o populismo não poderia ser classificado como um conceito por possuir um grau de abrangência que impossibilitaria sua delimitação como categoria de análise. No entanto, como nos mostra o próprio Reinhart Koselleck (2006, p. 107), conceitos são sempre dinâmicos e passam por processos de repetições, transformações e inovação. Nesse sentido, embora algumas concepções, como a de Ernesto Laclau (2005), sejam demasiadamente abrangentes, é possível realizar redefinições conceituais que preservem a dupla característica de abertura e limitação dos conceitos⁶³. Em outras palavras, os conceitos devem possibilitar novas investigações e manter-se polissêmicos, mas, ao mesmo tempo,

⁶³ Os trabalhos de Alexandre Fortes (2004) e Adriano Duarte e Paulo Fontes (2010) são exemplos de como é possível utilizar a categoria de populismo com um rigor conceitual. Nesse sentido, pode-se citar também o trabalho de Jan-Werner Müller (2016) também apresenta uma definição relativamente rígida para o populismo ao defender que populistas são sempre antielitistas e antipluralistas. Nesse sentido, não é qualquer apelo ao “povo” que define uma liderança como populista, pois esta também deveria ser contrária ao pluralismo. Após apresentar essa concepção, Müller discute diversos casos de populismo, demonstrando como vários fenômenos e lideranças normalmente consideradas como populistas, na verdade, não podem ser enquadradas como tal. Dessa forma, redefinições conceituais podem, ao mesmo tempo, incluir alguns fenômenos como populistas, ao passo que excluem outros dessa categoria.

precisam delimitar as experiências e fenômenos que abarcam. Nesse sentido, é viável definir o populismo, desde que se reconheça sua multiplicidade de significados, ao mesmo tempo em que sua aplicação seja restrita a determinadas realidades.

Além disso, o fato de o populismo ser um conceito em disputa, com múltiplas definições, por vezes contraditórias, não inviabiliza sua operacionalização. Diversos conceitos da teoria política são igualmente contestados, mas continuam sendo amplamente utilizados e estudados, como neoliberalismo e fascismo. Conforme demonstrou Camila Rocha (2021), há divergências quanto ao uso de conceitos como neoliberalismo e libertarianismo, tanto em relação às suas origens quanto aos seus significados. No que se refere ao fascismo, Robert Paxton (2023) destaca a dificuldade de definir um “mínimo fascista”, mas argumenta que a multiplicidade de fenômenos relacionados ao fascismo não constitui um motivo suficiente para a rejeição do conceito⁶⁴. Para ele, “em vez de levantarmos as mãos para o alto em desespero diante das disparidades radicais do fascismo, é melhor fazer essa circunstância negativa trabalhar a nosso favor, pois a variedade convida a comparação” (Paxton, 2023, p. 40). Essa afirmação não sugere que os conceitos sejam relativos, mas apenas que sua contestação não impede seu uso como ferramentas analíticas.

Por fim, não se pode deixar de destacar a importância da história dos conceitos de Koselleck como uma metodologia que permitiria uma melhor apreensão e análise do populismo. Como destaca Julio Bentivoglio, “a virtude de Koselleck, neste sentido, foi a de atentar para a historicidade dos conceitos e do pensamento sócio-político, vinculando-os à realidade social e à compreensão hermenêutica” (Bentivoglio, 2010, p. 115). Essa virtude é particularmente relevante quando o historiador alemão ressalta as dimensões sincrônicas e diacrônicas dos conceitos, considerando tanto o contexto histórico específico de um conceito quanto sua relação com seus usos anteriores. Nesse sentido, a história dos conceitos poderia contribuir para o estudo do populismo ao ressaltar sua historicidade e demonstrar seus processos de repetição, transformação e inovação. A importância de historicizar o conceito de populismo foi destacada por Isaiah Berlin (1968), que comparou essa categoria ao sapato de Cinderela: segundo alguns acadêmicos, existiria o populismo “verdadeiro” em algum

⁶⁴ O historiador chega a afirmar que o termo “liberalismo” seria um candidato ainda mais adequado à abolição do que “fascismo”, uma vez que já foi utilizado para designar, na Inglaterra vitoriana, tanto o livre-comércio quanto o tradicionalismo religioso, além de ter representado, na Terceira República francesa, o protecionismo e o anticlericalismo. Mais recentemente, nos Estados Unidos, o termo passou a caracterizar a esquerda radical (Paxton, 2023, p. 41).

lugar que se ajustaria perfeitamente a esse conceito. Ao rejeitar essa linha de raciocínio, Berlin chamou atenção para o fato de que não há uma essência platônica para o populismo; pelo contrário, esse fenômeno deveria ser investigado historicamente.

Dessa forma, seria válido utilizar o conceito de populismo para descrever fenômenos distintos ao longo do tempo, no espaço e em diferentes contextos, sendo, no entanto, essencial que tal procedimento seja realizado de forma cautelosa, bem articulada e devidamente fundamentada. Isso não implica, por exemplo, que os populismos da chamada Quarta República sejam equivalentes aos contemporâneos, ou mesmo que Getúlio Vargas seja semelhante a Jânio Quadros simplesmente porque o conceito empregado é o mesmo. Conforme ensina Koselleck, “a história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas” (Koselleck, 1992, p.140). Nesse sentido, é imprescindível considerar os contextos históricos concretos de cada expressão dos populismos, a fim de evitar equívocos.

Uma abordagem possível para operacionalizar o conceito consiste em compreendê-lo como resultado de “condições objetivas e históricas da realidade em determinado tempo. É mais pertinente investigar como é criada a oportunidade histórica para seu advento” (Maringoni, 2023, p. 20, grifos do autor). Em seguida, é imprescindível estabelecer critérios comuns que permitam identificar os contextos históricos e locais nos quais esse fenômeno se manifesta. Finalmente, seria possível estudar cada fenômeno do populismo, destacando o que há de comum e o que é particular em cada um deles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso dos conceitos de populismo e populista no Brasil apresenta uma trajetória marcada por repetições, alterações e inovações de significados, o que os torna objetos de disputa bastante complexos. Conforme registrado nas páginas do *Diário de Pernambuco*, tais termos foram empregados com diferentes objetivos por distintos atores sociais.

Inicialmente, os integralistas reivindicaram o termo em uma tentativa de dissociar sua imagem do fascismo e conferir-lhe uma feição popular. Durante a década de 1950, setores conservadores o utilizaram como um rótulo pejorativo para descrever a atuação de determinadas lideranças políticas que, supostamente, manipulavam as "massas". Ao mesmo tempo, o termo também foi compreendido como uma política de conciliação de classes ou mesmo como uma forma mal comportada de fazer política. Após o golpe de 1964 e ao longo dos anos 1970, tanto à direita quanto à esquerda, o conceito passou a ser interpretado como um sistema ou estilo político do passado que teria levado à ruptura institucional. No entanto, na década de 1980, os conceitos de populismo e populista ressurgiram para descrever novas lideranças e experiências políticas, sendo empregados para caracterizar fenômenos tão distintos quanto o trabalhismo e o neoliberalismo.

Além disso, esses conceitos tiveram ampla circulação na academia brasileira desde que começaram a ser utilizados como categorias de análise em 1954, refletindo os contextos históricos e os posicionamentos dos autores que os empregaram. Surgido nos *Cadernos de Nosso Tempo*, o termo "populismo" foi utilizado pelos intelectuais do IBESP para descrever o que denominaram "ademarismo", isto é, uma forma reacionária de fazer política promovida pelo paulista Adhemar de Barros. Embora o conceito tenha se originado nos círculos desenvolvimentistas, Francisco Weffort logo o empregou para explicar o fracasso da chamada Quarta República, estendendo sua aplicação a outras lideranças, como Getúlio Vargas, João Goulart e Jânio Quadros. Apesar disso, a partir da década de 1980, teóricos do trabalhismo demonstraram as limitações do esquema proposto pelo IBESP e por Weffort, ao questionarem o próprio conceito de populismo. Por outro lado, o termo manteve-se na academia, adquirindo novos significados e sendo empregado para descrever fenômenos contemporâneos.

Por fim, discutiu-se o caráter conceitual e a operacionalidade do populismo enquanto categoria analítica. Nesse sentido, ainda que as críticas dos teóricos do trabalhismo sejam fundamentais, sustentou-se que o populismo é um conceito relevante e passível de ser operacionalizado tanto no período da denominada Quarta República quanto na atualidade. Para tanto, a história dos conceitos certamente é uma metodologia pertinente, pois demonstra a historicidade que os conceitos inerentemente carregam, permitindo uma análise crítica sobre a forma como o populismo foi concebido em diferentes contextos sociais e históricos. Apesar disso, ou justamente por causa disso, são necessários mais estudos sobre essa categoria para torná-la mais robusta, tanto teórica quanto empiricamente.

6. BIBLIOGRAFIA

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 114-134. ISSN: 1517-2120, pp.115-128.

BERLIN, Isaiah. To define populism. **Government and Opposition**, London, v. 3, n. 2, p. 127-179, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CASSIMIRO, Paulo H. P. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista de Ciência Política**, n. 35, p. 1-52, 2021.

CANOVAN, Margaret. **Populism**. Nova York: Harcourt Brace Janovitz, 1981.

DEBERT, Guita. **Ideologia e populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 11, n. 20/21, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2534>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Sérgio; SORJ, Bernardo. “O sociólogo e o político”. In: D’INCAO; Maria Angela; MARTINS, Hermínio. **Democracia, crise e reforma**: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 29-60.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

FILHO, Daniel Aarão Reis. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas**. Caxias do Sul: EDUSC; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 p. 19-57.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo no Brasil: Desafios de um debate historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e42806, 2022. DOI: 10.15448/1980-864X.2022.1.42806. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/42806>. Acesso em: 3 out. 2024.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. Salvador: Sagga, 2021.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **LOCUS (UFJF)**, v. 24, n. 2, p. 252-175, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. “Que é o ademarismo?”. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 139-149, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simon. **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 23-30.

IONESCO, Ghita; GELLNER, Ernest (ed.). **Popuism: its meaning and national characteristics**. New York: Macmillan, 1969.

JASMIN, Marcelo G. & FERES JÚNIOR, João. “História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual”. In: **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Puc: Loyola, 2006, p. 9-38.

KOSELLECK. Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.

KOSELLECK. Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK. Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK. Reinhart. **História dos conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MACKINNON, Maria; PETRONE, Mario. “Los complejos de la Cenicienta”. In: MACKINNON, Maria; PETRONE, Mario (org.). **Populismo y neopopulismo en América Latina: los complejos de la cenicienta**. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

MARINGONI, G. Existe um populismo contemporâneo?. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 17–45, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/10051>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

MUSSI, Daniela; KAYSEL, André. Os populismos de Francisco Weffort. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 35, n. 104, 2020.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. Ademarismo: a construção ibespiana do conceito populismo. In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Internacional de História, 2011.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

PINTO, Antônio Costa; GENTILE, Fabio. **Populismo: teoria e casos**. Fortaleza, CE: Edmeta, 2020.

PRADO, Maria Ligia. **O populismo na América Latina** (Argentina e México). São Paulo: Brasiliense, 1981.

RICCI, Paolo; IZUMI, Mauricio; MOREIRA, Davi. O populismo no Brasil (1985-2019) Um velho conceito a partir de uma nova abordagem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, p. 1-22, 2021.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global Ed., 1982.

SANTANA, Rogério. “Contextualismo Linguístico” e “História Conceitual”: aproximando duas abordagens para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos. **Temporalidade**, v.7, n.3, p.298-312, set./dez. 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d.

TAUIL, Rafael. Da crítica do populismo à vida pública - Considerações acerca da trajetória intelectual de Francisco Weffort. **Perspectivas**, São Paulo, v. 51, p. 59-97, jan./jun. 2018.

WEFFORT, Francisco. Raízes sociais do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-60, 1965.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

ZICMAN DE BARROS, Thomás; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.